

MOÇAMBIQUE

MANUAL PARA GESTÃO DE ABRIGOS COLECTIVOS



CENTROS DE ACOMODAÇÃO EM
INFRAESTRUTURAS EXISTENTES

MOÇAMBIQUE

MANUAL PARA GESTÃO DE ABRIGOS COLECTIVOS



CENTROS DE ACOMODAÇÃO
EM INFRAESTRUTURAS EXISTENTES





Este documento foi elaborado com o apoio financeiro da Comissão Europeia. As opiniões emitidas neste documento não devem ser consideradas, de nenhuma forma para reflectir a opinião da Comissão Europeia.

Ficha Técnica

Título: Manual para gestão de abrigos colectivos. Centros de acomodação em infraestruturas existentes

Autor: Javier Cidón Martínez e Virginia Arranz Navaza

Layout: Publifix, Lda.

A imagem no frontispício está baseada numa serigrafia desenhada pelo artista moçambicano Malangatana para Cruz Vermelha de Moçambique, dentro da iniciativa destinada a apoiar as vítimas das cheias do ano 2000.

Cruz Vermelha de Moçambique

Av. Agostinho Neto 284, Maputo

Tel: +258 21 49 77 21 / 49 81 39 - Fax: +258 21 49 77 25

E-mail: cvm@redcross.org.mz

Website: www.redcross.org.mz

Novembro 2013 – Maputo - Moçambique

ÍNDICE

Glossário de Termos	5
Glossário de Acrônimos	9
 <i>O ABRIGO COLETIVO (CENTROS DE ACOMODAÇÃO).....</i>	10
Introdução	11
O abrigo de emergência	11
Diferentes soluções de abrigo	11
Os centros de acomodação	11
A teoria da gestão do abrigo.....	13
Gestão.....	13
Assistência	14
Proteção	14
Quadro legal e padrões mínimos.....	14
Participação	15
Tipos de abrigos coletivos.....	15
O ciclo de vida do abrigo	20
 <i>FASE DE PREPARAÇÃO</i>	22
Introdução à preparação de abrigos.....	23
Identificação e avaliação de abrigos.....	25
Metodologia para o processo de identificação	25
Critérios básicos para avaliação de abrigos coletivos	25
Preparação das infraestruturas	28
Reabilitação das instalações de Água e Saneamento	37
Acessibilidade.....	45
Preposicionamento de Equipamento	48

FASE DE UTILIZAÇÃO.....	50
Introdução a utilização do abrigo	51
Gestão do Abrigo.....	53
Estrutura organizativa.....	53
Gestor e comité geral	54
Sub-comités temáticos	56
Atividades de monitoria	60
Os beneficiários do abrigo	64
Padrões mínimos para abrigos coletivos (Esfera)	67
Áreas do abrigo.....	69
Distribuição de bens entre a população afectada	74
Regras de convivência no Abrigo	79
Participação comunitária	80
 FASE DE ENCERRAMENTO.....	 84
Duração dum Abrigo temporário	85
Encerramento e soluções duradouras.....	86
Reparação do abrigo.....	91
 ANEXOS	
Annex 1: Bibliografia	94
Annex 2: Ficha de avaliação de edifícios para abrigo	95
Annex 3: Ata de compromisso de uso instalações	97
Annex 4: Registo (entrada de pessoas no abrigo)	98
Annex 5: Registo (entrada de famílias no abrigo)	99
Annex 6: Controlo diário de pessoas no abrigo	100
Annex 7: Monitoria de atividades	101
Annex 8: Ficha de controlo de armazém.....	104
Annex 9: Ficha de pedido de armazém	105
Annex 10: Ata de encerramento do abrigo	106
Annex 11: Medidas de Proteção antes, durante e depois.....	107
Annex 12: Lista de verificação para usar a escola como abrigo e continuar o processo educativo ..	109
Annex 13: Cartazes sobre reforço de edifícios	110

GLOSSÁRIO DE TERMOS

- **Abrigo coletivo:** refere-se a infraestruturas seguras previamente entre as autoridades locais e comunidades para hospedar de forma transitória à população deslocada por causa duma emergência.
- **Abrigo temporário:** é o espaço onde fornece-se temporariamente teto, alimentação, roupas e saúde as pessoas vulneráveis imediatamente antes, durante e após a ocorrência duma emergência. Este pode ser coletivo ou familiar.
- **Ameaça:** potencial ocorrência dum evento natural ou provocado pelo homem que tem consequências negativas ao impactar sobre as pessoas, bens e ambiente. O termo é usado para descrever eventos de perigo real assim como condições latentes de perigo que podem aparecer em futuros eventos.
- **Aviso prévio:** é a alarma ou sinal que se faz quando é iminente ou esta acontecendo um evento negativo (ameaça); devem se seguir as instruções que fazem parte do plano de contingência da comunidade.
- **Beneficiário:** é uma pessoa que resulta favorecida por alguma coisa, por exemplo em contexto de emergência beneficiário é a pessoa que têm direito a receber uma ajuda.
- **Calamidade:** evento natural ou provocado pelo homem que causa graves impactos negativos nas pessoas, suas pertencias, ao serviço e/ou ambiente e que excede a capacidade de resposta das comunidades ou dos governos.
- **Centro de Acomodação:** abrigo temporário planificado para vários agregados familiares (pode ser acampamento ou edifício existente).
- **Centro de Evacuação:** espaço provisional de segurança física que fornece as condições básicas durante a ocorrência dum perigo.
- **Comunidade hospedeira:** é a comunidade localizada fora da área de risco que recebe e abriga a comunidade deslocada.
- **Capacidade de resiliência:** é a habilidade das pessoas, organizações e sistemas, usando os recursos e capacidades disponíveis para fazer frente e gerir as condições adversas, emergências ou calamidades. A capacidade de resiliência requer de uma preparação continua, uma boa gestão e recursos, tanto em tempos normais como durante as crises e as condições adversas. A capacidade de resiliência contribui a redução do risco de desastres.
- **Desastre:** é uma interrupção seria do funcionamento da comunidade ou da sociedade envolvendo amplamente a perda e impactos humanos, materiais, económicos ou ambientais, que ultrapassam a capacidade da comunidade afetada ou sociedade para combater usando seus próprios recursos. Os desastres são descritos com frequência como o resultado da combinação da exposição ao risco; as condições de vulnerabilidade que estão presentes, e

a capacidade ou medidas insuficientes de reduzir ou lidar com as potenciais consequências negativas. Os impactos do desastre podem incluir a perda da vida, ferimentos, doenças ou outros efeitos negativos nas pessoas física, no bem-estar social e mental, junto com danos a propriedade, destruição de bens, perda de serviços, interrupções das atividades sociais e económicas e a degradação ambiental.

- **Desenvolvimento sustentável:** desenvolvimento que cobre as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras para cobrir suas necessidades. O risco de desastres está associado com os elementos não sustentáveis do desenvolvimento como a degradação do ambiente, em quanto que contrariamente a redução do risco de desastre pode contribuir ao alcance do desenvolvimento sustentável, mediante a redução de perdas e melhoramento das práticas de desenvolvimento.
- **Exposição:** pessoas, propriedades, sistemas, ou outros elementos presentes nas zonas de risco que podem estar sujeitas a perdas potenciais. Medidas de exposição podem incluir o número de pessoas ou tipos de bens na área. Isto pode combinar-se com a vulnerabilidade específica a exposição dos elementos em um desastre particular para estimar os riscos quantitativos associados com o desastre na área de interesse.
- **Famílias hospedeiras:** refere-se a casas de familiares, vizinhos ou amigos, situadas em áreas fora do risco, onde as pessoas afetadas pela calamidade são acolhidas. Tecnicamente considera-se um tipo de abrigo temporário.
- **Gestão do Território:** o processo levado a cabo pelas autoridades públicas para identificar, avaliar e decidir dentro das diferentes opções para o uso da terra, incluindo a consideração dos objetivos a longo termo económicos, sociais e ambientais e as implicações para as diferentes comunidades e grupos de interesse, e a subsequente formulação e promulgação dos planos que descreve o permissão o aceitação dos usos. O planeamento do uso da terra é uma contribuição importante ao desenvolvimento sustentável. Envolve estudos e mapeamentos, análise dos dados económicos, ambientais e de risco; formulação de decisões alternativas para o uso da terra, e o desenho dos amplos níveis de planeamentos para escalas geográficas e administrativas diversas.
- **Kit de abrigo:** bem de socorro composto por um pacote que inclui duas lonas, corda, ferramentas e acessórios para a construção dum abrigo de emergência.
- **Mitigação:** A redução ao mínimo ou limitação dos impactos adversos dos perigos e os riscos relacionados. Os impactos adversos dos perigos com frequência não podem ser prevenidos totalmente, mas sua escala ou severidade podem ser reduzidos substancialmente mediante varias estratégias e ações. As medidas de mitigação em relação a infraestruturas e habitação, juntam técnicas de engenharia para conseguir fazer construções resistentes a desastres assim como políticas de melhora ambiental e sensibilização pública. Deve se fazer notar que nas políticas das mudanças climáticas, “mitigação” está definido de forma diferente, sendo um termo usado para a redução das emissões de gases estufa que são a fonte das mudanças climáticas.

- **Participação comunitária:** processo planeado pelo qual indivíduos e grupos pertencentes à comunidade de deslocados (incluindo estruturas locais, lideranças comunitárias, mulheres e homens, jovens e idosos...) podem identificar e expressar os seus próprios pontos de vista e necessidades, e onde a ação coletiva é feita para refletir esses pontos de vista e atender a essas necessidades nas tomadas de decisão.
- **Pessoas deslocadas:** indivíduos ou grupos que tiveram que abandonar as suas casas ou locais de residência habitual, a fim de evitar os efeitos das calamidades naturais ou criadas pelo homem, ou conflitos armados, situações de violência generalizada, violação dos direitos humanos, e que não cruzaram uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida.
- **Perigo Natural:** processo natural ou fenómeno que pode causar a perda da vida, ferimentos ou outros impactos na saúde, danos materiais, perdas de meios de vida e serviços, interrupção das atividades económicas e sociais, ou danos ambientais. Os perigos naturais podem estar caracterizados pela sua magnitude ou intensidade, a velocidade em conjunto, duração, e a área de extensão. Por exemplo, os terremotos têm curta duração e nomeadamente afetam a uma região relativamente pequena, em quanto que a seca é lenta em desenvolver e desaparecer e afeta a grandes territórios. Em alguns casos, os perigos podem acoplar-se, como nas cheias causadas pelo ciclone ou o tsunami que foi criado pelo terremoto.
- **Preparação:** conjunto de atividades e medidas tomadas previamente, para garantir uma resposta antecipada e efetiva ante o impacto dum evento. Inclui entre outras, a emissão de alertas e a deslocação temporária de pessoas e bens duma localidade ameaçada.
- **Prevenção:** conjunto de atividades e medidas tomadas para a proteção permanente ante um perigo. Expressa o conceito e a intenção de evitar completamente os potenciais impactos adversos, através de medidas tomadas com antecedência. Exemplos incluem barragens ou diques que eliminam os riscos de inundação, regulamentos de uso da terra que não permitem qualquer assentamento em zonas de alto risco, e os projetos de engenharia sísmica que garantem a sobrevivência e a função de um edifício crítico ante qualquer terremoto provável.
- **Proteção:** no contexto da Gestão de Abrigos, a proteção pode ser definida como a segurança física, jurídica e material da população deslocada.
- **Resiliência:** A capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade expostos a riscos de resistir, absorver, acomodar-se e recuperar-se dos efeitos de um perigo, de forma atempada e eficaz, nomeadamente através da preservação e restauração de suas estruturas básicas e funções essenciais. A resiliência de uma comunidade no que respeita a eventos de risco potenciais é determinada pelo grau em que a comunidade tem os recursos necessários e é capaz de se organizar antes e durante os momentos de necessidade.
- **Risco de desastre:** a probabilidade de uma ameaça (ou perigo) aconteça, e as consequências negativas desta, dentro dum período de tempo específico e num território determinado. O risco depende da vulnerabilidade e capacidade de fazer fase aos perigos no território.
- **Rota de evacuação:** uma via rápida e segura de transferir as pessoas da zona de perigo para um lugar seguro.

- **Sufrimento humano:** num contexto de emergência, pode-se definir como uma experiência de dor e angústia no indivíduo associada a perda de acesso a abrigo, comida, água potável, saúde, proteção e outros danos.
- **Vulnerabilidade:** características e circunstâncias de uma comunidade, de um sistema ou de bens que se tornam suscetíveis aos efeitos nocivos do perigo. Há muitos aspetos de vulnerabilidade, decorrentes de vários fatores físicos, sociais, económicos e ambientais. Os exemplos podem incluir um desenho inadequado ou fraca qualidade da construção de edifícios, proteção inadequada dos bens, falta de informação e consciencialização pública, o reconhecimento oficial limitado de riscos e medidas de preparação, e desrespeito pela boa gestão ambiental. A vulnerabilidade varia significativamente dentro de uma comunidade e ao longo do tempo. Esta definição identifica vulnerabilidade como uma característica do elemento de interesse (comunidade, sistema ou bem) a qual é independente da sua exposição. Contudo, em uso comum o termo é frequentemente utilizado de forma mais ampla para incluir a exposição do elemento.

GLOSSÁRIO DE ACRÓNIMOS

ASH:	Água, Saneamento e Higiene
CLGR:	Comité Local de Gestão de Riscos
CENOE:	Centro Nacional de Operações de Emergência
CA:	Centro de Acomodação
COE:	Centro de Operações de Emergência
CRE:	Cruz Vermelha Espanhola
CVM:	Cruz Vermelha de Moçambique
DPE:	Direção Provincial de Educação
DPOPH:	Direção Provincial de Obras Públicas e Habitação
DPS:	Direção Provincial de Saúde
ECHO:	Escritório de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia
ERIE:	Equipa de Resposta Imediata à Emergências
FICV:	Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
INGC:	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
MMAS:	Ministério da Mulher e Ação Social
NU:	Nações Unidas
OIM:	Organização Internacional das Migrações
OMS:	Organização Mundial da Saúde
ONG:	Organização Não Governamental
PDI:	População Deslocada Internamente
SDE:	Serviço Distrital de Educação
SDIP:	Serviço Distrital de Infraestruturas e Planificação
SDSMAS:	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Ação Social
RRD:	Redução de Riscos de Desastre
UN-Habitat:	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
UNAPROC:	Unidade de Proteção Civil

ABRIGO COLETIVO (CENTROS DE ACOMODAÇÃO)

INTRODUÇÃO

- O abrigo de emergência
- Diferentes soluções de abrigo
- Os centros de acomodação

A TEORIA DA GESTÃO DO ABRIGO

- Gestão
- Assistência
- Proteção
- Quadro legal e padrões mínimos
- Participação

TIPOS DE ABRIGOS COLETIVOS

O CICLO DE VIDA DO ABRIGO



INTRODUÇÃO

O abrigo de emergência

Quando as pessoas vêm-se obrigadas a deixar os seus lugares de residência habitual como consequência de calamidades de origem natural, tais como cheias, ciclones ou terremotos, existe um risco de perderem a possibilidade de satisfazer adequadamente as suas necessidades básicas, tais como acesso a água potável, comida, educação ou um teto seguro, entre outras.

O Projeto Esfera (carta humanitária e padrões mínimos de resposta aceites internacionalmente), indica que os abrigos têm uma importância crítica para a sobrevivência nas fases iniciais de qualquer calamidade, em tanto que são necessários para fornecer segurança pessoal e proteção contra os perigos, fornece maior resistência contra os problemas de saúde e as doenças físicas e mentais, mantém a dignidade humana e sustenta a vida familiar e comunitária dentro do possível em circunstâncias difíceis.

Em ligação com estes princípios universais, em Moçambique foi definido o conceito de abrigo como lugar de hospedagem temporal com condições básicas para as pessoas ante a ameaça, iminência e ocorrência duma calamidade.

Diferentes soluções de abrigo

O ideal é que as pessoas (de forma individual ou em agregados familiares percebam o abrigo como um lugar saudável, digno e seguro ante a violência e as mudanças do clima, prevalecendo a disposição de ficar neles respeitando as suas crenças, costumes e privacidade, tomando em conta que vão ter que conviver com outros agregados familiares que mesmo podem chegar de outras partes e por consequência com costumes diversas.

Se bem que algumas pessoas afetadas procuram ajuda em casas de familiares e amigos, ou conseguem criar por iniciativa própria acampamentos com os seus próprios meios (material local ou recuperado das ruínas, ocupação de infraestruturas existentes); outras há que não tem nenhum lugar para onde ir em procura de abrigo, desde as instituições podem-se oferecer diversas soluções de abrigo em centros de acomodação: tendas, lonas (kits de abrigo) em acampamentos organizados ou em edifícios existentes (abrigos coletivos).

Os centros de acomodação

O Movimento Internacional da Cruz Vermelha define os Centros de Acomodação como: locais físicos identificados como lugar seguro, que contam com todos os meios necessários para

hospedar por um período curto ou médio a um grupo de pessoas afetadas pelos impactos dum evento, com as garantias essenciais para assegurar a dignidade humana, conservando a unidade familiar e a cultura das pessoas abrigadas assim como sua estabilidade física e psicológica. Promovendo a organização comunitária.

Os centros de acomodação são por tanto uma opção de abrigo de emergência onde fornece-se temporariamente de teto, água e alimentação, roupas e saúde a várias pessoas e agregados familiares imediatamente antes, durante e após a ocorrência dum evento perigoso.

Objetivos a conseguir:

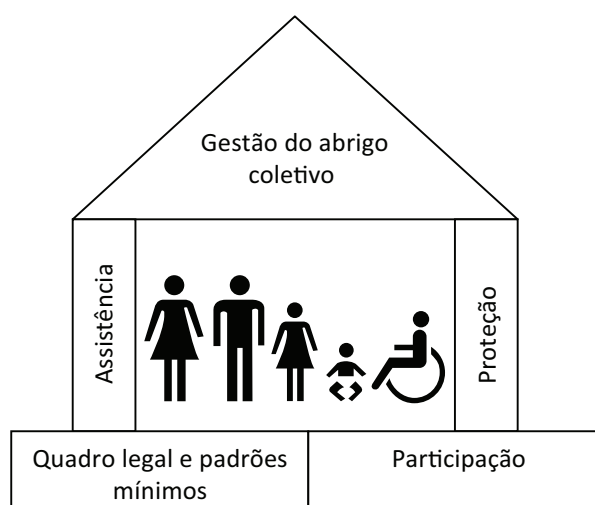
- **Proteger dos diferentes eventos climatológicos** como o frio, o calor, a chuva, num momento em que as pessoas são mais vulneráveis ante a ausência de tecto e seus bens pessoais.
- **Oferecer seguridade emocional e da intimidade pessoal/familiar**, podendo oferecer um espaço de reencontro familiar após a calamidade onde as pessoas fiquem aliviadas e possam encontrar apoio a seu sofrimento.
- **Manter a dignidade da pessoa** (planeando no abrigo espaços individuais, coletivos e comuns) onde as pessoas possam conservar a sua intimidade mas o mesmo tempo possa fazer vida comunitária e participar das atividades do abrigo, respeitando as normas culturais da população afetada.
- **Proteção dos bens pessoais** dos danificados, oferecendo um lugar seguro onde conservar seus bens e um lugar específico para manter seus animais domésticos.
- **Fornecer água e saneamento** adequado as características do abrigo e a população abrigada, para evitar doenças como cólera, diarreias e malária. Indicar um aterro sanitário para a **eliminação de lixo** para manter o abrigo e seus arredores limpos.
- Fornecer **uma segurança adequada** para evitar roubos, agressões, violência baseada no género, num momento em que a população é mais vulnerável.
- Se são geridos de maneira adequada, os centros de acomodação proporcionam um lugar seguro para viver temporariamente, onde as pessoas deslocadas podem aceder a serviços e proteção vital.
- Dependendo do número de pessoas afetadas e infraestruturas disponíveis, os centros de acomodação podem ser instalados em infraestruturas existentes ou criar acampamentos.
- Este manual trata especificamente sobre o uso de infraestruturas existentes (edifícios que usualmente cumprem com uma função pública ou comunitária); que em caso de calamidade poderão ser utilizadas para o **abrigo coletivo** da população deslocada.

A teoria da gestão do abrigo

A gestão relaciona-se com a forma como o centro de acomodação é organizado, de modo a satisfazer as necessidades básicas em termos de serviços e proteção dos seus residentes. Todas as pessoas devem participar nas atividades de gestão do centro, de forma a melhorar a qualidade de vida da comunidade. Foram definidos padrões a nível global de modo a assegurar que as pessoas que se encontram no centro de acomodação possam ter o direito de viver com dignidade. Estes padrões fornecem orientação relativa aos níveis mínimos de assistência em termos de serviços e proteção.

a) Gestão

O objetivo geral da Gestão dum Centro de Acomodação é a prestação de serviços de assistência e proteção dentro do abrigo coletivo ou ambiente semelhante, às populações deslocadas que foram forçadas a abandonar as suas casas como resultado de um desastre natural.



Os governos são os principais responsáveis na prestação de serviços de assistência e proteção às populações deslocadas por causa de desastres naturais. Isto implica uma tarefa complexa e difícil, exigindo conhecimentos técnicos, apoio e empenho de muitos agentes. Para garantir uma resposta eficaz, os governos nacionais devem criar os mecanismos necessários de coordenação, definir papéis e responsabilidades claras e envolver ativamente atores aos níveis nacional, provincial, distrital e local.

b) Assistência

Refere-se a todas as atividades que contribuem para satisfazer as necessidades básicas das pessoas deslocadas em termos de abrigo, alimentação, água, educação, produtos não alimentares e saúde.

A prestação de assistência / serviços é necessária para garantir uma vida com dignidade para os deslocados, de acordo com as necessidades resultantes do deslocamento. A prestação de assistência / serviços é geralmente dividida por sectores, por exemplo, Saúde, Educação, Alimentação, Água e Saneamento.

c) Proteção

A proteção no contexto da Gestão de Abrigos pode ser definida como a segurança física, jurídica e material da população deslocada. As atividades de proteção num abrigo devem, portanto, garantir que as populações deslocadas desfrutem, sem discriminação, de:

Segurança Física: proteção contra danos físicos, proteção contra a violência;

Segurança Jurídica: acesso à justiça, estatuto legal e documentos de identificação. Respeito pelos direitos de propriedade. (p. ex. certidões de nascimento e óbito);

Segurança Material: igualdade de acesso a bens e serviços básicos. (p. ex. água, comida, abrigo...)

O Estado tem a responsabilidade primária de garantir que as necessidades de proteção da população deslocada sejam cumpridas. As agências da ONU e ONG - nacionais e internacionais - podem apoiar o Estado se for necessário. A população deslocada e a comunidade de acolhimento têm, ambas, papéis importantes a desempenhar em todos os níveis de proteção - planeamento, implementação, monitoria e advocacia.

d) Quadro legal e padrões mínimos

Os padrões fornecem orientações para os níveis mínimos de prestação de serviços e proteção. Eles foram definidos a um nível global para garantir o direito à vida com dignidade das pessoas afetadas por desastres naturais. Os padrões são a expressão prática dos direitos humanos. Servem de orientação para a aplicação concreta dos direitos humanos.

Exemplo: Direito humano: “Toda a pessoa tem direito à água”. Padrão: Todas as pessoas têm acesso seguro e equitativo a uma quantidade suficiente de água para beber, cozinhar, higiene pessoal e doméstica. Aplicação prática: a utilização média de água para beber, cozinhar e higiene pessoal para todo o agregado familiar é de pelo menos 7,5-15 litros por pessoa por dia.

e) Participação

Dentro de um abrigo comunitário, a participação comunitária pode ser definida como “um processo planeado pelo qual indivíduos e grupos pertencentes à comunidade de deslocados podem identificar e expressar os seus próprios pontos de vista e necessidades, e onde a ação coletiva é feita para refletir esses pontos de vista e atender a essas necessidades”.

A integração de princípios, ferramentas e estratégias de participação comunitária nas atividades de gestão de abrigos, promove a independência, a dignidade, o bem-estar e a auto-gestão eficaz entre a população deslocada. Quando os princípios, ferramentas, estratégias e abordagens participativos não são promovidos e implementados, a população deslocada fica mais sujeita à vulnerabilidade e dependência.

A dependência e vulnerabilidade, no âmbito da gestão de abrigos, podem ser descritas e entendidas da seguinte forma:

Quando a população deslocada depende de outros (por exemplo, fornecedores de serviços) para todos os aspetos de assistência e proteção durante a deslocação o que aumenta a vulnerabilidade.

Quando a população deslocada é vulnerável, está mais em risco, pois perde o controlo das suas vidas, tem mais dificuldade em fazer escolhas e vencer as dificuldades que enfrenta.

Quando a participação da comunidade é fortemente promovida pelos atores da gestão do abrigo, a independência aumenta.

Quando a população deslocada é independente, apoia-se nas suas forças coletivas para enfrentar as adversidades e melhorar as suas condições de vida. Usando as suas forças e capacidades, mantém a sua independência e aumenta a sua dignidade.

Tipos de abrigos coletivos

Como já foi descrito no anterior capítulo, os abrigos comunitários (ou centros de acomodação) são lugares seguros previamente identificados e concordados entre as autoridades locais e comunidade, que podem hospedar temporariamente a populações que tiveram de deixar suas moradas por causa de calamidades.



Dependendo da iniciativa para sua abertura, os abrigos classificam-se em:


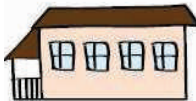




- Abrigos comunitários criados por **iniciativa própria da comunidade**: as pessoas deslocadas podem decidir refugiar-se num determinado lugar, independentemente do apoio das autoridades ou parceiros; isto pode acontecer espontaneamente. A população deslocada busca por vezes refúgio em estruturas pré-existentes, como escolas ou edifícios religiosos localizadas em zonas altas perto das suas comunidades.
- Abrigos temporários **planificados pelas instituições**: as pessoas deslocadas podem também decidir procurar refúgio em locais oficialmente destinados para acomodação. Geralmente oferecem melhores infraestruturas e há maior facilidade no fornecimento de serviços e proteção, incluindo abastecimento de água, educação e cuidados de saúde.

De acordo com a natureza provisória ou permanente das construções, os centros de acomodação classificam-se em:

- **Acampamentos**: abrigos criados em forma de campismo (provisórios), montados em planícies ou lugares aptos para colocarem tendas ou kits de abrigo (lonas).
- **Infraestruturas permanentes**: são edifícios existentes de todo tipo, tamanho e forma, como por exemplo escolas, centros desportivos, fábricas, edifícios religiosos...

A tabela a seguir apresenta algumas observações gerais sobre diferentes tipos de edifícios que podem ser usados como abrigos temporários comunitários, fazendo uma comparação adequada das vantagens e desvantagens do uso como abrigo temporário.

Tipo de edifício	Vantagens	Desvantagens
Instalações desportivas ou parques 	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações prontas para um grande número de pessoas, incluindo saneamento. - As instalações desportivas e jardins são os únicos espaços livres em contextos urbanos. - Acesso adequado e conhecido pelas comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Geralmente não tem teto e não podem fechar-se por completo. - Servem de abrigo básico, na maioria dos casos só se pode colocar tendas. - Este tipo de instalações quase não existe em contextos rurais.
Hotéis 	<ul style="list-style-type: none"> - Preparados para a ocupação a curto e médio prazo. - Fornecem privacidade. - Tem uma estrutura de gestão. - São em geral excelentes instalações para abrigo em contexto urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Devido ao fato de que os hotéis são um negócio privado, as pessoas poderiam ser obrigadas a sair rapidamente. - No contexto rural moçambicano, o número de hotéis e quartos é baixo e encontram-se longe das áreas de risco.

<p>Escolas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Numerosas. - Perto das áreas onde moram as pessoas afetadas. - Fornecem uma estrutura básica. - Existe uma estrutura de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não são adequados para hospedar pessoas ao médio ou longo prazo. - Não fornecem privacidade as pessoas afetadas. - Possível interrupção das aulas. - Potenciais riscos na proteção dos alunos da escola em caso de funcionar como centro educativo e abrigo temporário ao mesmo tempo. - As famílias hospedadas poderiam ser obrigadas a sair rapidamente do abrigo.
<p>Centros comunitários e edifícios multiusos</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Preparados para receber a muitas pessoas. - Fornecem uma estrutura básica. - Existe uma estrutura de gestão. 	<p>Escassos no contexto moçambicano.</p> <p>Não fornecem privacidade às pessoas afetadas.</p> <p>Potenciais situações de conflito entre a comunidade hospedada e a comunidade hospedeira.</p>
<p>Edifícios religiosos</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Perto das áreas onde moram as pessoas afetadas. - Dependendo do tamanho, podem receber a muitas pessoas. - Existe uma estrutura de gestão. - Podem ter vínculos com as pessoas afetadas. - As vezes estão situadas numa zona central conhecida. 	<ul style="list-style-type: none"> - No contexto rural moçambicano, os edifícios religiosos na sua maioria são pequenos. - Geralmente não têm acesso a água ou saneamento. - Não oferecem privacidade. - Poderiam gerar conflito e discriminação privilegiando o abrigo a pessoas duma determinada religião.
<p>Refúgio para emergências</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Edifício já preparado para oferecer refúgio a muitas pessoas e para ser geridos. - Especialmente construído para ser resistentes a calamidades naturais. - Tem uma dupla função pública como centro comunitário ou escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade limitada. - Não oferecem privacidade.
<p>Fábricas e armazéns</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de amplos espaços cobertos. - No contexto de Moçambique existem muitas antigas fábricas e armazéns abandonados perto das zonas de risco, com tamanho muito mais grande que qualquer outro tipo de edifício aqui descrito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Geralmente não tem sistemas de água e saneamento. - Não oferecem privacidade. - Sendo um negócio privado, as pessoas poderiam ser obrigadas a sair rapidamente. - Poderiam não cumprir com condições ambientais básicas (ter produtos tóxicos para a população ou perigosos para as crianças).
<p>Hospitais e centros de saúde</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Permitem a atenção imediata a feridos e doentes, e serviços adequados para as pessoas mais vulneráveis. - Existe uma estrutura de gestão. - Acesso adequado e conhecido pelas comunidades. - Situado normalmente em área segura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Geralmente diminui a qualidade e quantidade do serviço que presta a comunidade no momento que mais precisa - Poderia ser causa de situações de conflito entre a comunidade afetada com a comunidade hospedeira. - A atenção aos doentes poderia ser negligenciada por causa da saturação dos serviços.

Também pode-se classificar de acordo com o tempo de estadia que permitem:

Centro de evacuação de emergências: as condições do local são básicas (especialmente superfície disponível) e por tanto podem ser utilizados unicamente como refugio imediato.

Abrigos temporários: as infraestruturas oferecem melhores serviços e por tanto podem permitir acomodar as pessoas durante mais tempo, em condições dignas.

	Centro de evacuação de emergências	Abrigo temporário comunitário
Definição	Lugar seguro capaz de resistir ao impacto duma ameaça.	Lugar seguro para hospedar temporariamente um grupo de pessoas
Objetivo	Salvar vidas	Aliviar o sofrimento humano
Estadia	Lugar de estadia muito curta até que o perigo seja eliminado (ou as pessoas sejam levadas para um abrigo temporário ou voltem para suas casas).	Lugar de estadia curta a média , até que as pessoas afetadas regressem as suas casas (ou sejam realocadas).
Espaço coberto mínimo	1,5 m2 (pessoa deitada)	3,5 m2 (padrões Esfera)

Boa prática

Infraestruturas de raiz resistentes às ameaças com dupla função de abrigo e social

A UN-Habitat junto com diferentes instituições do Governo (INGC, MICOA, Educação...) tem desenvolvidos vários protótipos de edifícios localizados em zonas de risco (cheia, ciclone) desenhados e construídos de raiz para servir como centro de evacuação em caso acontecer um evento natural; mas que durante tempos normais possam ser utilizados como infraestruturas sociais.



Escola elevada e abrigo colectivo temporário numa zona propensa a cheias moderadas, feita de material convencional (Chibuto, Gaza).



Salas de aulas elevadas em zona propensa a cheias moderadas, feitas de material local (Chibuto, Gaza).



Creche e refúgio para ciclones (Vilankulos, Inhambane) feitos de material convencional (betão).

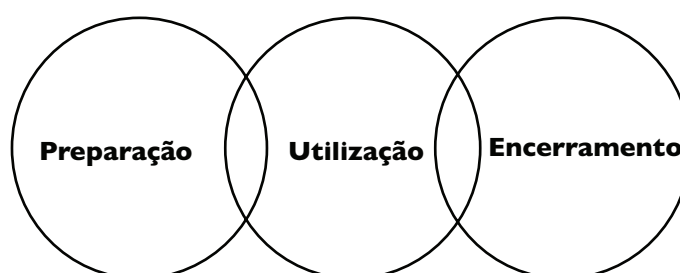


Centro comunitário e refúgio para ciclones (Angoche, Nampula) feito de materiais locais.

O ciclo de vida do abrigo coletivo

As fases da Gestão do Centro de Acomodação são as seguintes: 1) Planear e montar, 2) Cuidar e manter, 3) Encerrar e soluções duradouras.

Estas fases, adaptadas ao contexto do uso de infraestruturas existentes, podem se considerar da seguinte maneira: 1) Preparação, 2) Utilização, 3) Encerramento.



a) Fase de Preparação do abrigo

A seleção e preparação do local de abrigo têm uma grande influência na qualidade da assistência e proteção oferecidos à população deslocada e no seu acesso a serviços no âmbito da resposta humanitária. As autoridades do governo são as principais responsáveis por identificar o local apropriado para o abrigo comunitário, no entanto é importante que as comunidades potencialmente beneficiárias das instalações e a comunidade de acolhimento participem ativamente neste processo.

Pode acontecer que os locais identificados como abrigo precisem de reforço da estrutura para resistir os impactos do fenómeno natural (o vento forte poderia destruir totalmente ou parcialmente o teto, um terremoto poderia fazer colapsar a estrutura), e algumas das instalações disponíveis no local podem precisar de reparações ou construção de novas unidades (ponto de água, latrinas, rampas...)

A preparação do abrigo deve prever mudanças sobre as previsões tais como a chegada de novos deslocados e a eventual necessidade de expansão ou consolidação da área do abrigo. Olhar para o futuro e planear sempre o encerramento do abrigo temporário comunitário é parte integrante do processo de montagem.

b) Fase de utilização do abrigo

Esta é uma fase dinâmica em quanto que a comunidade abrigada se adapta à realidade de um determinado contexto de deslocamento. Com as variações da população dentro do abrigo surgirão novas necessidades; a chegada de novos deslocados pode exigir mais espaço coberto no abrigo assim como instalações e serviços básicos. As questões de proteção, preocupações e/ou incidentes podem exigir ações imediatas e enérgicas por parte dos vários atores, a fim de melhorar e manter a segurança e o carácter civil do abrigo.

É extremamente importante monitorar e registar, de forma coordenada e regular, de que modo o abrigo está a responder ao uso e desgaste geral e às mudanças ao longo do tempo, e de que forma isso afeta o dia-a-dia dos seus moradores. Ao fazer isso, não só haverá uma maior compreensão das atividades que estão sendo realizadas, mas também os responsáveis pela gestão do abrigo podem identificar problemas e lacunas na assistência e proteção que precisam de ser resolvidos.

Com o tempo e o uso, as instalações do abrigo irão necessitar de manutenção e/ou melhoramentos. Por exemplo, o edifício pode precisar de reparações, ou as latrinas e os aterros sanitários terão de ser esvaziados, substituídos e/ou retirados de serviço, e as infraestruturas gerais, tais como a drenagens ou caleiras, precisarão de atenção consoante às estações e os padrões climáticos.

c) Fase de encerramento do abrigo

O encerramento é a fase final do Ciclo de Vida do Abrigo. As vezes, as populações deslocadas retornam aos seus lugares de origem de forma espontânea, e noutros casos, o retorno e encerramento do abrigo temporário é mais estruturado. No entanto, o encerramento definitivo do abrigo temporário é normalmente a fase menos planeada do ciclo de vida do abrigo.

É essencial o envolvimento da população deslocada na identificação de soluções duradouras que vão acabar com a deslocação e resultar num encerramento coordenado e sustentável, pois isso garante a sua participação, como um direito humano básico, e a exigência de que a solução duradoura deve ser voluntariamente aceite pela população deslocada.

Também com o fecho do abrigo precisa-se fazer as reparações no imóvel para que pelo menos fique nas condições iniciais (portas quebradas, latrinas cheias...) e desmontagem de elementos do tipo latrinas de emergência.



Fase de PREPARAÇÃO

- Introdução à preparação de abrigos
- Identificação e avaliação de abrigos
- Metodologia para o processo de identificação
- Critérios básicos para avaliação de abrigos coletivos
- Preparação das infraestruturas
- Reforço estrutural do edifício
- Água e Saneamento
- Acessibilidade
- Preposicionamento de Equipamento



Introdução à preparação de abrigos

A seleção prévia dos locais para abrigo coletivo tem uma grande influência na qualidade da assistência (acesso a serviços) e proteção da população durante a emergência.

As autoridades do governo são as principais responsáveis por identificar o local apropriado; é muito importante que a população potencialmente beneficiária (incluindo as pessoas com necessidades específicas) e a comunidade de acolhimento participem ativamente neste processo. Também não podemos esquecer que muitas vezes são as próprias comunidades afetadas as que procuram refúgio por si mesmas.

Os edifícios previamente preparados para serem utilizados como centros de acomodação oferecem geralmente melhores infraestruturas para abrigo e há melhor acesso a serviços e proteção.

Um edifício que vai ser utilizado em tempos de emergência, não pode ficar danificado pelos próprios impactos do evento natural (ventos fortes, terremotos, cheias...) pelo tanto deveremos reforçar sua estrutura ante estas ameaças.

No contexto de Moçambique, infelizmente muitas das instalações em edifícios existentes não cumprem com os padrões mínimos para tempos normais no seu uso quotidiano (em especial os pontos de água e latrinas), ou muitas vezes estes serviços estão avariados (e não reparados). Por vezes não existem comités de gestão destas instalações. Por isto é preciso focalizar-se em conseguir pelo menos cumprir os padrões para o uso normal do edifício, e deixar prontas as infraestruturas para poder ser incrementados os serviços durante o tempo de emergência.

Também deve-se prestar especial atenção à acessibilidade do edifício, em quanto que precisamente as pessoas mais vulneráveis serão as que estarão a fazer um maior uso do abrigo.

Nos edifícios identificados como abrigo, pode-se preposicionar uma série de bens de socorro com o fim de estar imediatamente a disposição em caso de necessidade, em especial em locais de difícil acesso para as instituições de socorro.

Boa prática**Realização de simulações nos abrigos**

O INGC realiza cada ano simulações nacionais e provinciais que inclui a abertura dum centro de acomodação. As instituições locais e comunidades são envolvidas no exercício.



Simulação Nacional na Escola Elevada de Maniquenique, distrito de Chibuto (província de Gaza), Novembro 2011.

Identificação e avaliação de abrigos

Idealmente, os abrigos devem ser identificados em conjunto pelas autoridades locais e as comunidades localizadas em áreas propensas a desastres naturais.

Para avaliar as infraestruturas identificadas, seria necessário dispor de especialistas na área da construção, água e saneamento; técnicos disponíveis tanto ao nível provincial (DPOPH) como ao nível distrital (SDIP).

Metodologia para o processo de identificação

A seguir enumera-se os passos para a identificação de infraestruturas que possam servir como abrigo em tempos de emergência.

Passo 1.

Identificação de áreas de risco. Esta informação pode ser obtida a partir das autoridades locais e instituições humanitárias operando na área. A utilização de mapas geográficos (papel e digital) pode ser muito útil.

Passo 2.

Visita às áreas selecionadas, acompanhados por pessoal de instituições locais a fim de identificar infraestruturas que possam servir como abrigo (ou que já foram utilizados como tal), a partir de informações de organizações humanitárias que trabalham na província e pelas próprias comunidades.

Passo 3.

Avaliação das infraestruturas identificadas, a partir de uma série de critérios básicos definidos a partir de uma série de padrões internacionais (Esfera) adaptados ao contexto de Moçambique (veja em baixo).

Passo 4.

Análise dos dados compilados, desenvolvimento de tabelas de resumo e geo-referencia. Incorporar a informação nos planos de contingência.

Critérios básicos para avaliação de abrigos coletivos

1. Localização estratégica: situado numa área segura mas perto das áreas críticas (propensas à calamidades e populosas), com acesso para as comunidades e instituições de socorro.

- **Seguridade:** o abrigo deve ficar num lugar não exposto a riscos (que não possa ficar inundado, deslizamentos de terra, edifício seguro...)

- Acesso para as comunidades: há-de existir um acesso fácil desde os locais de origem da população até os abrigos, o que leva a desenhar/planificar rotas de evacuação.
- Acesso para as instituições: idealmente os abrigos hão de ter acesso rodado desde as sedes distritais para que a ajuda do governo, NU e ONG chegue a população afetada (não sempre é possível porque há zonas que ficam isoladas por via terrestre, por tanto há de se planificar acesso alternativo via marítima ou aérea).

2. Superfície coberta disponível no abrigo

- Qualidade construtiva do edifício:
 - › A estrutura deve ser segura ou com possibilidade de reabilitar-se de acordo com os padrões nacionais e internacionais de construção.
 - › A estrutura deve estar em condições de suportar o impacto de ciclones, terremotos e outras calamidades naturais.
 - › Deve se ter em conta as condições climáticas; no caso de Moçambique possuir boa ventilação natural e idealmente isolamento na cobertura para que no interior fique mais fresco.
- Tamanho do edifício:
 - › O padrão internacional Esfera estabelece 3,5 m² de área coberta mínima por pessoa. Seguindo este padrão pode-se calcular a capacidade máxima de ocupação de cada abrigo.

Poderiam se incluir outros edifícios que ficam perto do edifício designado como abrigo e que poderiam ser utilizados durante a emergência.

Espaço exterior:

Terreno para montar tendas: com pendente maior de 1% e menor de 6% para que a água circule. Também podem se fazer drenagens para a evacuação da água de chuva.

Zonas exteriores com sombra para a realização de atividades ao ar livre, por exemplo árvores de sombra ou alpendres.

Acesso a **água e saneamento** no local

Acesso a água segura (existência de fontenárias, bombas, poços melhorados ou coleta de água de chuva...) Os pontos de água avariados hão-de ser reparados.

Existência de latrinas ou possibilidade de construir latrinas de emergência (espaço e terreno aptos).

Proximidade a **serviços sociais básicos** (saúde, educação, mercados...)

A proximidade a centros de saúde permite poder atender as pessoas feridas ou doentes que estão a morar no abrigo.

Integração das crianças da população afetada nas escolas próximas ao abrigo temporário.

Acesso a mercados com produtos básicos para a população afetada.

Capacidade atual de **gestão** do abrigo (tanto do edifício como da população afetada).

Do edifício: o uso atual do edifício pode garantir uma certa coordenação como uma direção ou estrutura organizativa do uso já estabelecido que ajude na gestão futura do abrigo.

Da comunidade: a existência de comités na própria comunidade pode aumentar a capacidade de gestão do abrigo pela experiência previa das pessoas afetadas na participação ativa de comités.

Disponibilidade do edifício e do terreno (propriedade e compatibilidade com o uso atual).

Disponibilidade: deve conhecer-se o atual uso do edifício e do terreno.

Deve se ter em conta o impacto do uso atual do edifício como abrigo temporário.

Boa prática

Identificação participativa de abrigos comunitários nos distritos de Namacurra e Maganja da Costa (província de Zambézia)

A Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) fez um trabalho de identificação de edifícios localizados perto das zonas de risco de cheias, que poderiam ser utilizados como abrigo em caso de ocorrência de uma emergência, utilizando os critérios aqui descritos no manual. A pesquisa contou com a participação das comunidades que moram nas zonas de risco e com membros das comunidades hospedeiras (gestores das infraestruturas e vizinhos que moram perto).

No total foram avaliados 20 abrigos; foram desenvolvidas fichas por cada edifício que incluía as características de cada um e sugestões de melhora. Também foram feitas tabelas resumo para serem incluídas nos planos de contingência dos governos distrital e provincial.



Deve evitar-se a interrupção, redução ou cancelamento dos serviços atuais do edifício quando se usar como abrigo.

O uso dual de escolas como abrigo e educação deve ser profundamente refletido porque pode colocar em risco a proteção dos alunos pelo que o risco deve mitigar-se.

Propriedade do imóvel: pode ser público ou privado. Antes da abertura do abrigo temporário é preciso criar acordos de entendimento com as entidades públicas e privadas para utilizar os edifícios como abrigos coletivos temporários.

Preparação das infraestruturas

Reforço estrutural do edifício

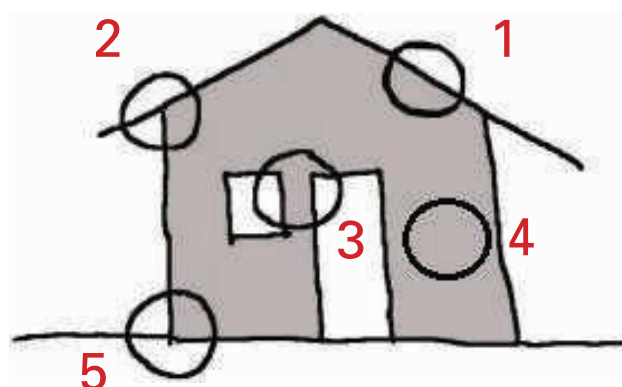
Com o fim de que o edifício possa ser usado como abrigo nos momentos de crises, é fundamental que o edifício não seja danificado pelos impactos do desastre. Isto pode-se conseguir identificando abrigos em áreas menos expostas ao perigo (por exemplo em áreas não inundáveis), ou melhorando a própria qualidade construtiva do edifício para que resista sem problemas os possíveis danos (por exemplo construindo elevado em áreas inundáveis).

No caso de edifícios existentes, o que podemos fazer é reforçar os elementos construtivos do imóvel, em especial sua estrutura. Os reforços dependerão do tipo de risco. Face a ação do vento, ONU-Habitat junto com o Governo desenvolveu um manual que explica como podem-se reforçar os edifícios; a seguir são reproduzidos alguns dos fragmentos mais interessantes.

As partes mais vulneráveis das construções face aos ventos fortes

O vento ataca as construções fundamentalmente nos pontos seguintes:

1. a cobertura,
2. a junção do teto com as paredes,
3. as portas e as janelas,
4. as paredes
5. as fundações



A cobertura

A cobertura é a parte da construção mais vulnerável à ação do vento.

As **formas** características das coberturas usadas tradicionalmente são de “uma água”, “duas águas”, “quatro águas” ou cônica. As duas primeiras expõem-se mais ao vento.

Nas casas construídas com materiais locais



Uma água



Duas águas



Quatro águas



Quatro águas Cônica

As coberturas de “quatro águas” e a cônica são as formas mais adequadas para construir em regiões de risco de ciclone e vendavais porque estão menos expostas ao vento. Além disso, a cobertura de quatro águas adapta-se bem ao uso de materiais de construção convencionais (chapa de zinco, etc.) A aplicação de chapas de zinco para construir tetos cônicos é possível mas bastante complicado.

A força de sucção é maior quanto mais plano é o teto. Assim, os tetos mais seguros mostram uma inclinação entre 30 e 45 graus.

Para construir um **teto plano** em zonas de ventos fortes é recomendável o uso de lajes maciças ou prefabricados de betão para dar maior peso e resistência à estrutura de suporte.



Esta casa tinha o teto pouco inclinado e mal fixado. O vento entrou pela janela deixada aberta e a força de sucção exterior arrancou o teto por completo!



Este teto tem a inclinação recomendada e as janelas foram bem fechadas. Mesmo com vento forte, a casa não teve danos!

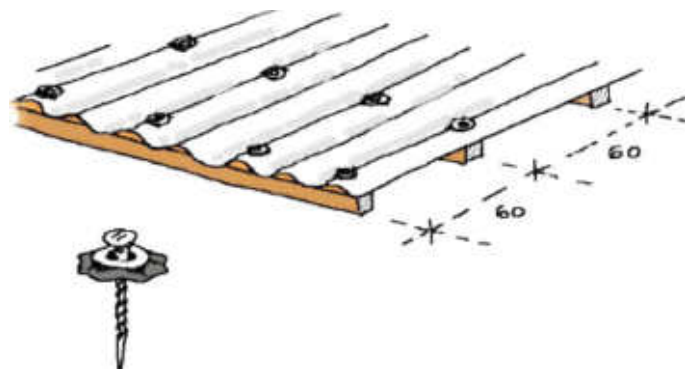
A **chapa de zinco** é um material de construção considerado mais durável que os materiais tradicionais como o capim ou “macuti”, com um preço relativamente acessível. A chapa de zinco é leve, e por tanto as coberturas que utilizam este material são bastante vulneráveis à ação do vento. Para reforçar as coberturas de zinco é preciso usar chapas com um mínimo de 0.5 mm de espessura. Também é importante tentar fazer um teto de acordo com o comprimento das chapas, de maneira a evitar a união entre várias chapas para obter-se uma água. Esta união representa um ponto fraco da cobertura que o vento pode atacar.

Para reduzir o risco de ver o teto da própria casa arrastado pelo ciclone é fundamental **fixar fortemente a cobertura com a sua estrutura**.

Por isso, o espaçamento correto entre as madres de madeira para fixar uma cobertura de chapa é de 60 cm. Os pregos são cravados de acordo com este espaçamento e a cada 2 ondas no sentido das madres. Caso os pregos ultrapassem a espessura da madre, estes devem ser dobrados na parte inferior. Os pregos para fixar as chapas de zinco são estriados, com cabeça anilhada e com uma junta de borracha.

Os pregos deverão ser sempre aplicados na parte superior da onda de maneira a evitar infiltrações e não interromper o escoamento da água de chuva, pois isto acontece na parte inferior da onda.

Também pode se reforçar o teto simplesmente passando cordas ou redes de pesca por cima e prender-lhes às paredes ou ao solo.

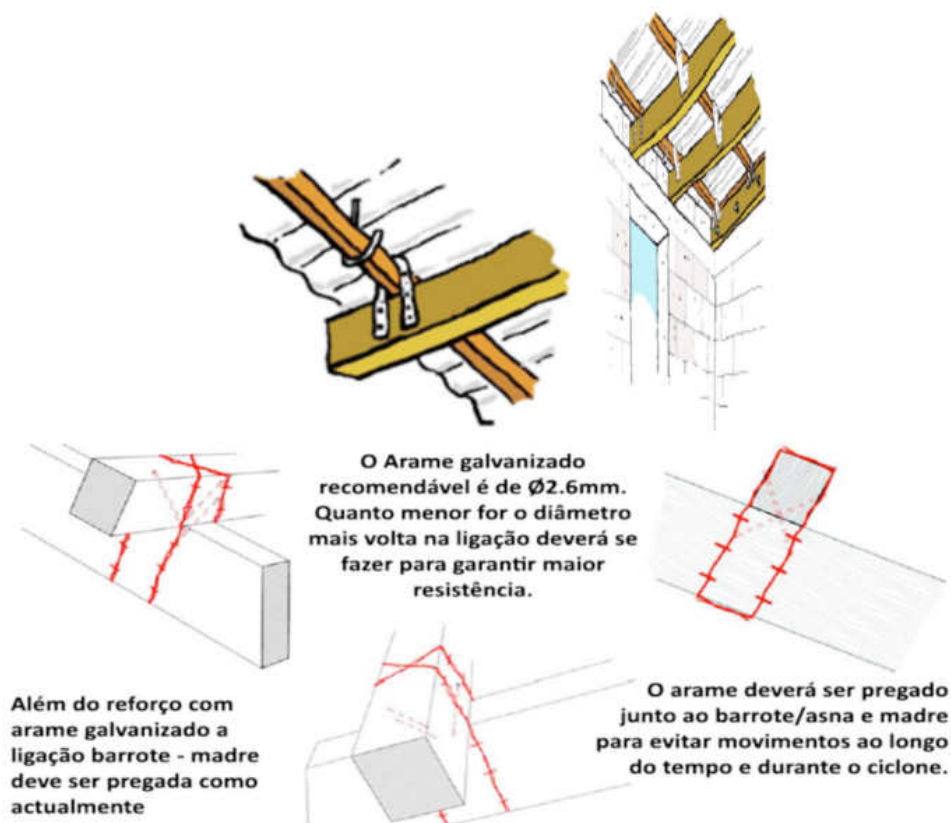


Uma vez que temos bem ligada a chapa aos barrotes, temos que assegurar que também **os barrotes ficam bem ligados entre eles**. Podemos melhorar a ligação com pedaços de chapa e pregos, arame ou cordas.

Também pode acontecer que com o vento a cobertura não se desliga da estrutura mas a estrutura quebra-se, ou **sai voando toda a estrutura junto com a chapa**.

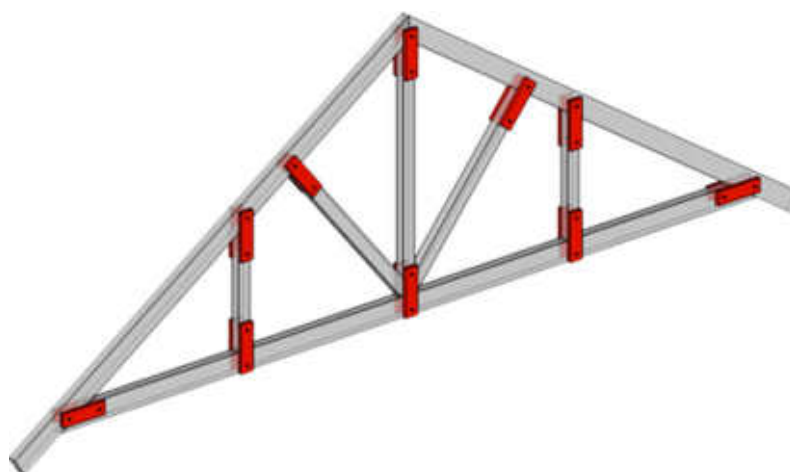
Geralmente a estrutura da cobertura é composta por asnas e madres de madeira apoiadas na parte superior das paredes. Para assegurar que as asnas não irão colapsar, podemos reforçá-las mediante a colocação de reforços nos pontos de união das diferentes peças:

A junção do teto com as paredes



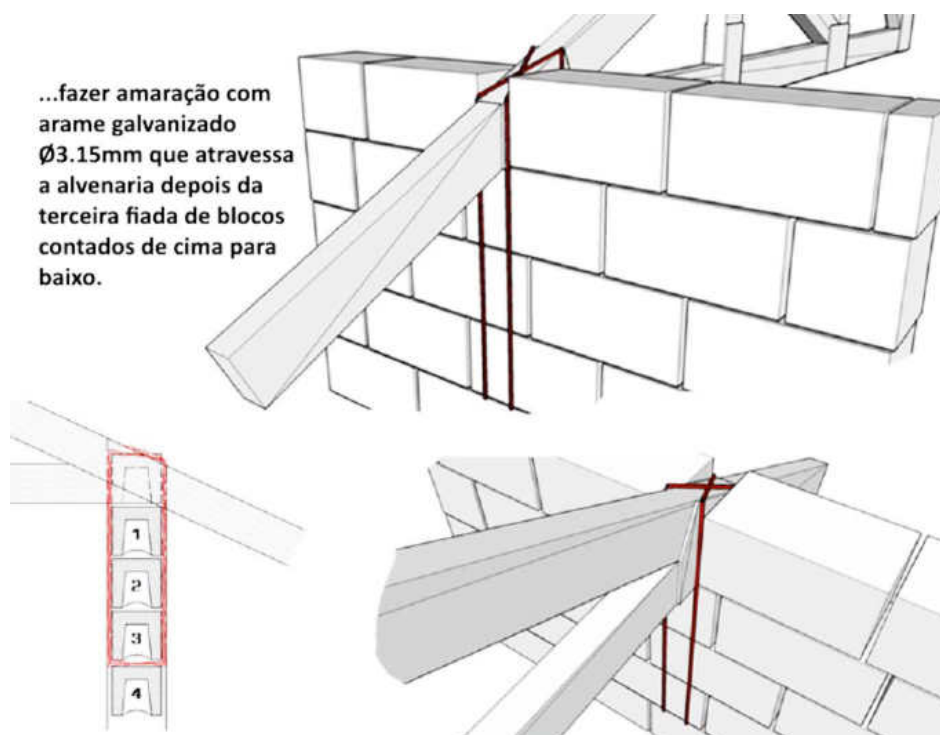
Uma vez que temos assegurada a ligação da chapa com os barrotes e asnas, também temos que assegurar a ligação da estrutura de cobertura com as paredes e colunas.

Um modo simples de reforçar a ligação das asnas às paredes é atá-las com arame:



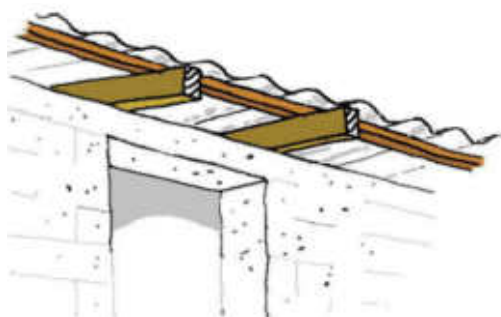
Não é recomendável que nos **beirais** e na parte superior das paredes fiquem chapas metálicas expostas ao vento. A figura a seguir mostra que uma forma de mitigar esta situação é fixar firmemente as chapas à estrutura da cobertura usando elementos metálicos, e fechar o espaço entre a parede e o teto com blocos e peças de madeira.

Para além de recolher água de chuva, observou-se que as caleiras protegem de maneira eficaz os extremos do teto da ação do vento.

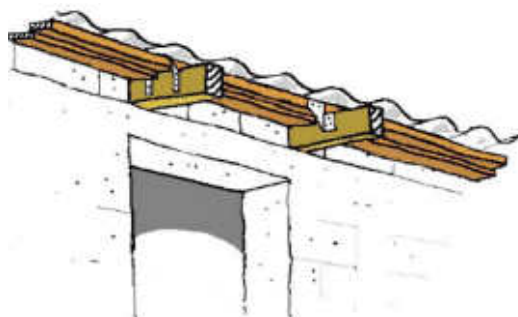


Tetos anexos (varandas)

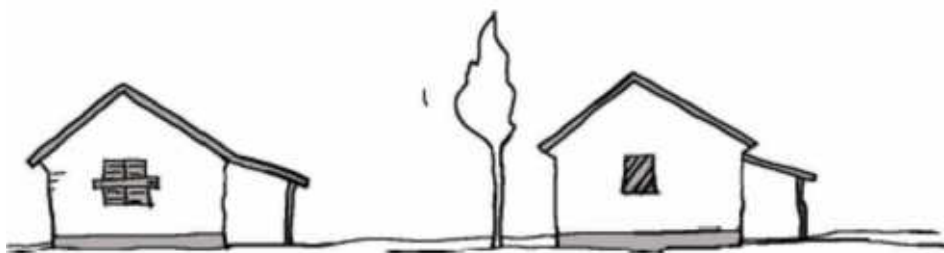
Tanto em construções tradicionais como nas modernas, são anexados frequentemente tetos adicionais à estrutura principal da casa.



Beiral sem reforço



Beiral reforçado com barrotes e metal



Teto anexo em continuidade com a estrutura do teto principal

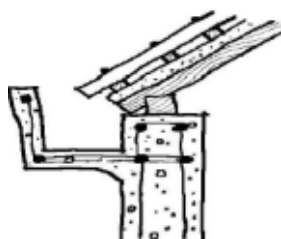
Teto da varanda separado da cobertura principal



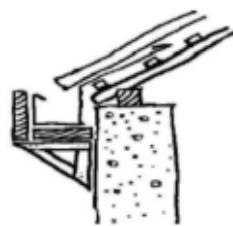
Se a cobertura da varanda é levantada pelo vento afeta o teto principal!

Se o teto da varanda é levantado pelo vento, o teto principal não fica afetado.

As portas e as janelas



Caleira feita em betão



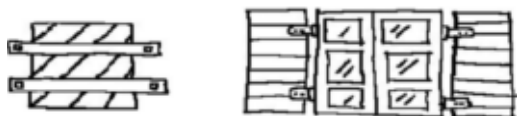
Caleira feita com chapa metálica e peças de madeira

As portas e as janelas representam os pontos de entrada mais prováveis do vento dentro da casa.

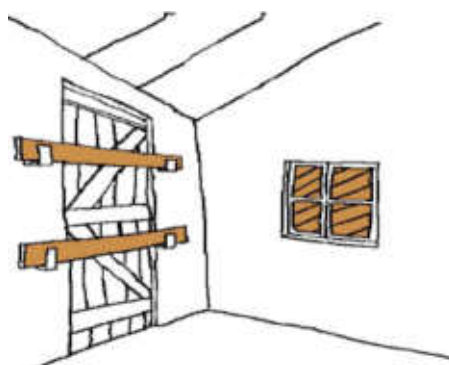
Sugere-se que as janelas sejam devidamente protegidas com tampas de madeira. Estas até podem ser fixadas ao muro de maneira a estar sempre disponíveis em caso de necessidade (venezianas).

As portas também, para além de fortes e robustas, devem poder-se fechar com reforços de peças de madeira ou de metal de maneira a resistir à alta pressão e ao efeito de sucção do vento do ciclone.

Nas casas construídas com materiais locais



Em geral, as coberturas feitas com material vegetal (capim) são mais pesadas e por tanto mais resistentes aos ventos do que as coberturas de chapa.

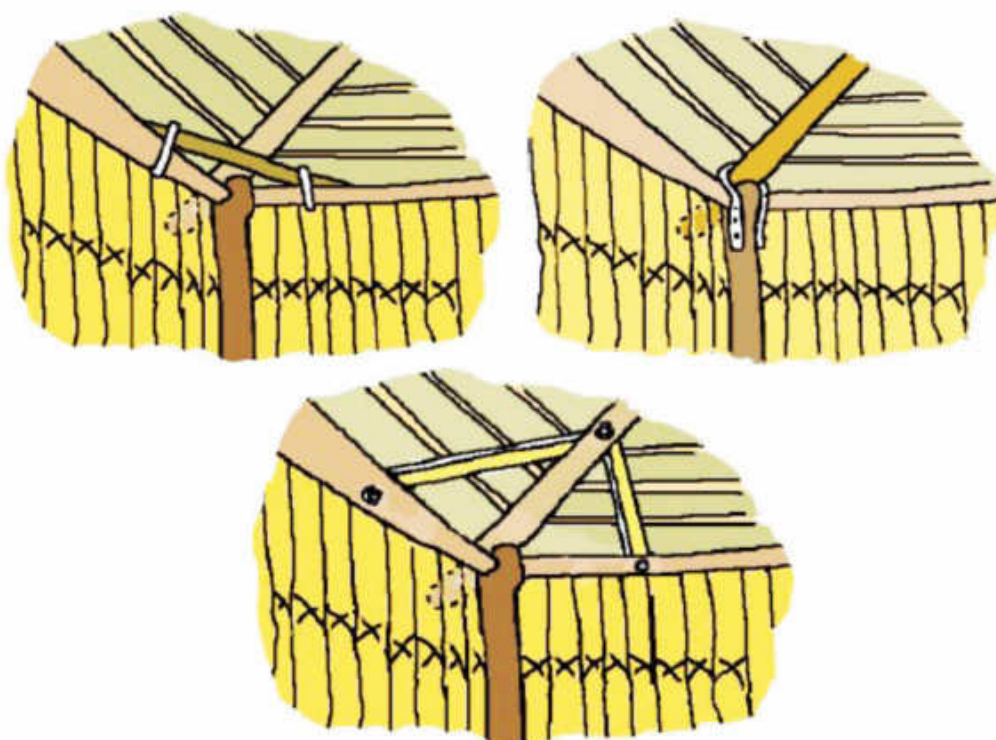
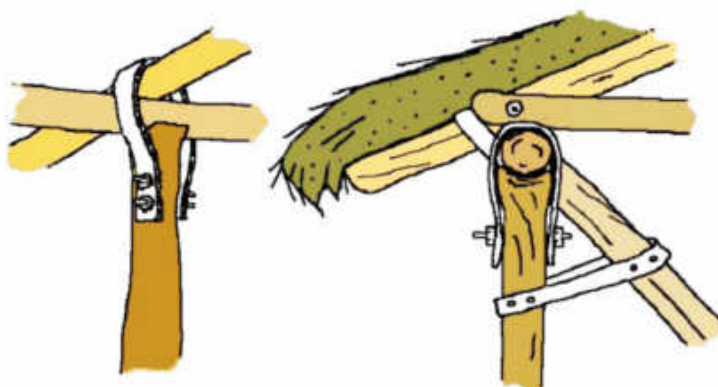


Tratando-se de construções leves, a ideia é de reforçar e estabilizar a estrutura sem perder a elasticidade. Neste caso a junção entre o teto e as paredes pode ser reforçada utilizando arame, cordas ou correias de metal.

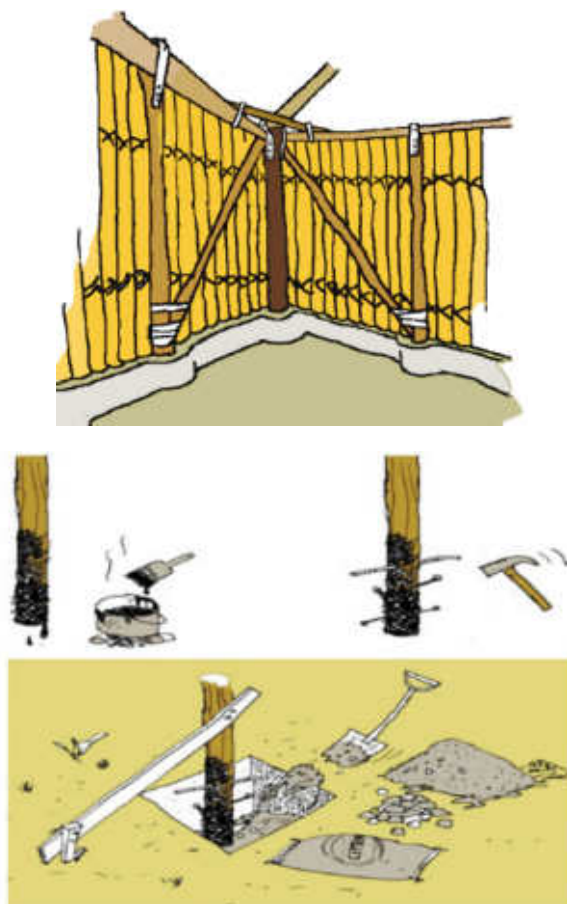
As paredes

Sendo mais leves, a boa junção dos diferentes elementos das casas tradicionais é muito importante. Em particular, a fundação ou ligação das paredes com o solo deve ser forte para evitar que a construção seja completamente levada pelo vento.

As paredes deste tipo de casas devem ser reforçadas com elementos diagonais e ancoradas ao solo com ferros chumbados no betão da fundação.

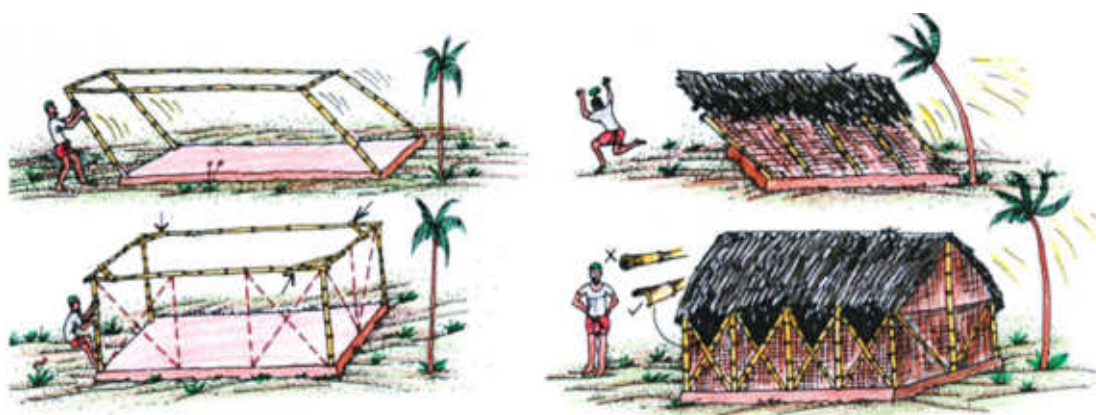


As fundações



Quanto mais leve é a construção, mais grande (ou pesada) deve ser a fundação.

Uma maneira de segurar firmemente os pilares de madeira no solo é impregná-los com alcatrão (para evitar que sejam atacados pelos bichos) e ancorá-los no betão com ajuda de ferros e pregos.



Reabilitação das instalações de Água e Saneamento

A água potável para beber é indispensável para a vida. As condições higiénico-sanitárias são extremamente importantes para evitar a propagação de doenças como diarreias e cólera entre a população abrigada, o que também tem a ver com instalações adequadas de saneamento. É por isso que o abrigo tem de fornecer instalações de água e saneamento em quantidade e qualidade suficiente para as pessoas que utilizam o edifício.

Em tempos normais, pode acontecer que a demanda de acesso à água e saneamento seja muito menor do que durante o uso como abrigo; o que quer dizer que provavelmente durante o 90-95% do tempo o número necessário de pontos de água e saneamento seja menor.

O ideal será por tanto assegurar que o edifício tenha condições ótimas de uso para períodos normais (não de emergência), com o número de pontos de água e blocos de saneamento de acordo com os padrões nacionais (pelo menos um ponto de água funcional por cada 300 pessoas e número de latrinas de acordo com o tipo de edifício) e internacionais (padrões OMS). E que durante o uso como abrigo possa-se aumentar rapidamente a quantidade de água disponível (distribuição com tanques de água, captação de água de chuva...) e construção de latrinas de emergência.

Para a preparação dos abrigos coletivos, o ideal é reparar os pontos existentes em vez de construir. Assim, pode acontecer que no edifício identificado como abrigo não tenha ponto de água mas existe um ponto de água da comunidade ou no centro de saúde que fica muito perto; caso estejam avariados esses pontos de água, poderia se investir na sua reparação, com o fim de que mais pessoas se beneficiem das melhorias feitas durante os tempos normais (sem emergências).


Para assegurar a sustentabilidade das instalações, é recomendável a criação de comités de água (para a gestão dos pontos de água) e de higiene e saneamento (para a limpeza contínua dos arredores e latrinas), que vão funcionar todo o ano.

Pontos de Água

Distância. De acordo com os padrões internacionais (Esfera), os pontos de água devem ficar a uma distância máxima de 500 metros do abrigo.

Instalações seguras. Sempre que for possível os pontos de água selecionados para abastecer ao abrigo coletivo deverão ser seguros. As fontes de água não segura podem ser usadas para as práticas de higiene e em caso de ter só disponíveis pontos de água não seguros a água daí proveniente, deve ser tratada. A tabela a seguir mostra os diferentes tipos de pontos de água no contexto moçambicano:

Tipo de Ponto de Água	Imagem	Descrição	Seguro / Não seguro e porque
Torneira		Água que circula por tubagens e vem já tratada pela DNA (Direção Nacional de Água)	✓ Seguro Porque a água vem tratada pela DNA e circula pelo tubagem sem possibilidade de contaminação até a sua saída da torneira
Furo com bomba		Água subterrânea com um furo que foi perfurado de forma mecânica e onde a água é extraída mediante tubagem e bomba, a grande profundidade	✓ Seguro Porque a água subterrânea a grande profundidade não está contaminada e depois é extraída mediante tubagem e bomba sem possibilidade de contaminar-se
Poço com bomba		Poço feito manualmente que alcança menor profundidade que o furo e tem maior largura. A água subterrânea é extraída mediante uma bomba	✓ Seguro Porque a água subterrânea não está contaminada e depois é extraída mediante bomba sem possibilidade de contaminar-se
Coleta de água de chuva		Sistema de captação da água desde o tecto e conduzida até um depósito mediante a calçeira	± Mais ou menos Porque para ser segura deve ter um sistema de filtragem, e o depósito de conservação deve ser fechado e a água deve ser extraída mediante bomba ou torneira para evitar sua contaminação. Em caso de não ser filtrada ou ter um depósito aberto para extrair a água, então o sistema não é seguro
Poço melhorado (com tampa)		Furo feito de forma manual, pouco profundo para extrair água subterrânea, com passeio, feito de betão, tampa e cubo.	± Mais ou menos Porque mesmo com tampa, o poço é aberto para introduzir o cubo e extrair a água, pode se contaminar mediante o cubo que é manipulado e fica no exterior. A água precisa de ser tratada com cloro ou Certeza, ou fervida.

Poço tradicional		Furo aberto de forma manual pouco profundo, não tem estrutura de betão, não tem tampa nem passeio	X Não seguro Porque mesmo se a água é subterrânea, o poço está aberto e não protegido frente a contaminação. A água precisa de ser tratada com cloro ou Certeza, ou fervida.
Rio		Massa de água superficial com um fluxo e caudal	X Não seguro Porque não está protegido frente a contaminação (pode se contaminar com animais mortos, lixo, materiais tóxicos...) A água precisa de ser tratada com cloro ou Certeza, ou fervida.
Lagoa		Massa de água superficial sem fluxo de grande quantidade e duradoura	X Não seguro Porque a água superficial está exposta a contaminação e além disso por ser água estagnada não é renovada o que apresenta maior risco A água precisa de ser tratada com cloro ou Certeza, ou fervida.
Charco		Massa de água superficial sem fluxo de pequena quantidade e temporária	X Não seguro Porque a água superficial está exposta a contaminação e além disso por ser água estagnada não é renovada o que apresenta maior risco A água precisa de ser tratada com cloro ou Certeza, ou fervida.

Número de pontos de água: Os padrões internacionais indicam o número máximo de pessoas por ponto de água dependendo do tipo de fonte de água e portanto tanto do caudal:

Tipo de ponto	Numero pessoas	Caudal de cálculo
Torneira	250 pessoas	Baseado num caudal de 7,5 litros / minuto
Bomba manual	500 pessoas	Baseado num caudal de 17 litros / minuto
Poço	400 pessoas	Baseado num caudal de 12,5 litros / minuto

Sendo assim, o número de pontos de água funcionais depende do número de pessoas que têm de abastecer e também do caudal que terá de ser estudado em cada caso.

Deverá-se ter em conta o número de pessoas da comunidade hospedeira para calcular a quantidade de água e assim evitar o conflito entre comunidade hospedeira e comunidade hospedada. No contexto moçambicano, o próprio governo tem estabelecido um furo por cada 300 pessoas nas áreas rurais (para tempos normais).

Reparações. Pode acontecer que o ponto de água esteja avariado, ou talvez precise de melhorias, e por tanto vamos ter que reabilitar. Os técnicos de água da Direção Provincial de Obras Públicas ou do Serviço Distrital de Infraestruturas podem fazer os trabalhos de reparação.

Acessibilidade. *Ver o capítulo seguinte.*

Coleta de água da chuva. O ponto de água poderá ser combinado/complementado com sistemas de coleta de água de chuva (geralmente quando há cheias está a chover), o que pode ser muito útil para as pessoas mais vulneráveis que não podem ir com frequência a procura de água ao furo (deficientes, idosos, doentes, mulheres grávidas...)

Comités de água. Para dar sustentabilidade aos pontos de água construídos ou reparados, precisamos criar um comité local de água para gerir esse ponto. Se já existe um comité de água na comunidade hospedeira, deverá resolver-se em cada caso o conflito entre a comunidade hospedeira que paga taxas pela água que consome e a comunidade hospedada. Uma solução que pode-se oferecer à comunidade hospedeira é a melhora das instalações que depois do encerramento do abrigo temporário irão passar a ser propriedade da comunidade hospedeira. O comité de água deve ser composto por pessoas voluntárias da comunidade e deve estar formado no mínimo por 4 pessoas: presidente, secretário, tesoureiro e cobrador, além do grupo de higiene que podem ser as mesmas 4 pessoas ou mais integrantes do comité de água. “*Para ver as tarefas do comité de água, veja o capítulo de subgrupos*”.

Saneamento

Um solo mal drenado impede a evacuação das águas da chuva, por tanto tem que se fazer drenagens (também para evacuar as águas cinzas).


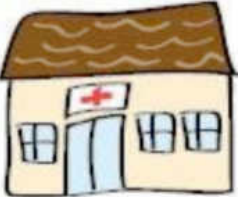

Uma inadequada eliminação de águas sujas contamina o solo e as fontes de água, propicia o aumento de moscas e mosquitos criando rotas de contaminação de diarreias, cólera e até malária (no caso do mosquito anófeles). Nos abrigos coletivos, deverão existir suficientes latrinas com capacidade de suportar o volume de uso, em relação ao número de pessoas hospedadas.



Número de latrinas

O cálculo de número de latrinas que deve ter o abrigo temporário é estabelecido pelos padrões internacionais Esfera, que fixa uma latrina para um máximo de 20 pessoas, diferenciadas por sexo. Pelo menos o 10% das latrinas deve ser acessível para pessoas com deficiência física (veja capítulo seguinte).

Provavelmente o número de latrinas necessário durante o período de emergência seja maior que durante os períodos normais, já que o número de pessoas que utilizam o edifício e seu tempo de permanência é menor. Com vistas a estar preparados, o que costuma-se fazer nestes casos é construir latrinas em número suficiente para cobrir as necessidades em períodos normais, e preposicionar material para a construção de latrinas de emergência.

Os padrões internacionais Esfera, fixam uma série de valores para o uso de edifícios públicos em tempos normais, que podem servir de referência.

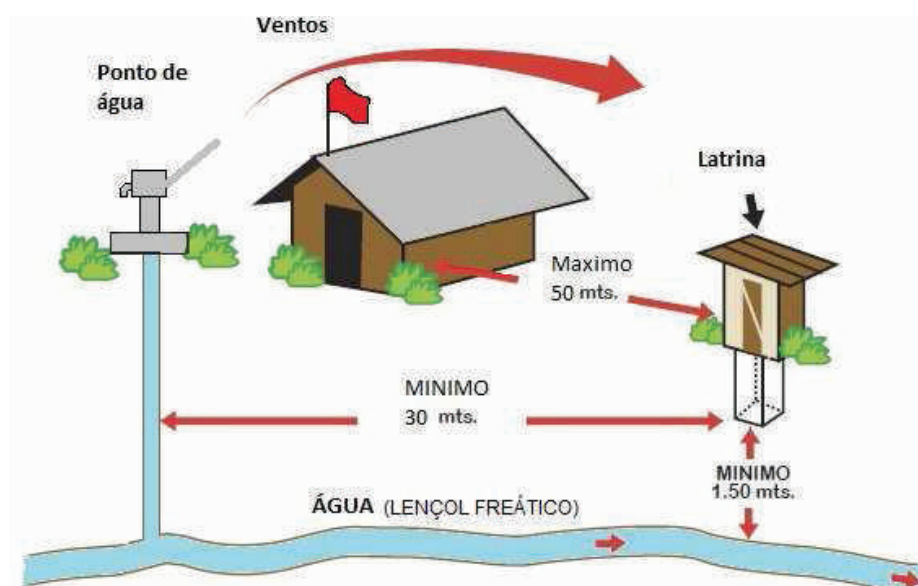
Tipo de edifício	Numero de latrinas
 Escolas	1 latrina para cada 30 raparigas 1 latrina + urinário para cada 60 rapazes
 Centros de Saúde	1 latrina para cada 10 pacientes internos 1 latrina para cada 20 pacientes externos
 Edifícios comunitários	1 latrina para cada 50 pessoas Ratio 3:1 de latrinas para mulheres e homens

 Armazéns	1 latrina para 20 pessoas
 Edifícios religiosos	1 latrina para cada 50 pessoas Proporção 3:1 de latrinas para mulheres e homens

Portanto, no caso de que a infraestrutura que pretende ser utilizada no futuro como abrigo não cumpra com estes padrões mínimos de uso para tempos normais, deveremos fazer um investimento para pelo menos chegar até eles – podem ser latrinas definitivas ou tradicionais (importante a participação da comunidade na construção deste tipo de instalações).

Distância das latrinas até o abrigo e ponto de água. As latrinas devem situar-se:

- ii. Numa distância máxima de 50 metros do abrigo coletivo. A maior distância pode existir o risco de que as pessoas pratiquem o fecalismo a céu aberto por questões de segurança por exemplo durante a noite ou em caso de mulheres e meninas.
- iii. Numa distância mínima de 30 metros desde o ponto de água
- iv. A fossa da latrina tem de ficar pelo menos 1,5 metros acima do lençol freático.



Condições mínimas das latrinas

- a) Devem ter paredes para fornecer privacidade.
- b) Devem ter teto para evitar a entrada de água de chuva.
- c) Devem ter tampa para evitar a entrada de insetos.
- d) Devem fornecer meios para lavar as mãos (cinza ou sabão e água)
- e) As latrinas têm que ficar diferenciadas por sexo (por questões de segurança, aquelas mais próximas e com portas viradas para o abrigo serão para as mulheres).
- f) Pelo menos o 10% das latrinas de cada sexo tem que ser acessível para deficientes físicos (ver próximo capítulo).

Comités de higiene. Dentro da comunidade hospedeira, pode ser útil de estabelecer (ou reativar se existir) um comité de higiene para tempos normais (por exemplo numa escola). Este comité pode ter um papel muito importante caso acontecer uma emergência, uma vez que pode servir como base para a mobilização de população abrigada para fazer limpeza do abrigo.

Boa prática**Escolas preparadas para abrigo de emergência: reabilitação de instalações e criação de comités de água e higiene**

O INGC e a Direção Provincial de Educação (DPE) em parceria com a Oxfam selecionaram várias escolas em Nicosdala (Zambézia), para servir como áreas seguras em caso de futuras inundações.

Em cada uma das infraestruturas foram reparados ou instalados pontos de água (poços e sistemas de captação de água da chuva), reabilitadas as latrinas existentes e construídas novas de raiz até o número indicado nos padrões internacionais da Organização Mundial da Saúde (OMS) para escolas em tempos normais.

Foram criados comités de água para cada fontenária que ficava perto das escolas selecionadas (constituído por membros da comunidade), e também foram criados comités de higiene ligados aos núcleos escolares, constituídos por professores e estudantes).

De este modo, os alunos, professores e vizinhos (comunidade hospedeira) foram beneficiados a partir de fundos dedicados a Redução de Risco de Desastre uma vez que as instalações foram reabilitadas para o seu uso todo o ano; e caso ocorrer chuvas fortes na comunidade, as infraestruturas ficam prontas para abrigar pessoas afetadas, para além da capacidade de gestão criada localmente (comités de água e saneamento).



Membros do comité de higiene numa escola identificada como abrigo

Acessibilidade

No contexto de emergência as pessoas a serem priorizadas são as mais vulneráveis por isso é extremamente importante que o abrigo coletivo seja acessível.

Um ambiente livre de barreiras permite o movimento livre e seguro de todas as pessoas independentemente da idade, género e habilidade. Um ambiente livre de barreiras não quer dizer só fazer um edifício acessível com uma rampa. Inclui fazer todas as áreas facilmente acessíveis para todas as pessoas, incluindo edifícios, caminhos, transporte, serviços e sistemas de água e saneamento.

Fazer um ambiente livre de barreiras não só consiste em fazer melhorias no ambiente construído, mas também envolve uma mudança de atitude dos membros da comunidade que devem aceitar que todas as pessoas têm o direito de movimentar-se livremente.

Um ambiente que é livre de barreiras contribui para a dignidade e independência de todas as pessoas. Este tipo de ambiente não só beneficia aos deficientes físicos, é benéfico para outras pessoas, como as crianças, mulheres grávidas, idosos, doentes...

Acessibilidade nos edifícios

A seguir uma lista com as dicas mais importantes para assegurar a acessibilidade no edifício:

Rampas para aceder ao edifício, com corrimãos em ambos lados, com um gradiente máximo de 1:10 e largo mínimo de 90 cm .

Escadas, os degraus devem ter ao máximo 16 cm de altura e mínimo de 26 cm de profundidade e com corrimãos em ambos lados.

Varanda, com material do chão que não se deteriore e que não faça as pessoas escorregar, de mínimo 90 cm de largura, com corrimãos no lado exterior pela segurança, com portas de acesso ao mesmo nível da varanda (sem degrau).

Para as **portas**, aconselha-se portas que tenham mínimo 90 cm para permitir a passagem das pessoas que usam cadeira de rodas, e não devem ter degraus de um quarto a outro. As pegas das portas devem poder abrir-se com facilidade e ser acessíveis a pessoas com cadeira de rodas.

Fornecer **iluminação** adequada (natural e artificial) para ajudar as pessoas com deficiência visual e fazer o abrigo comunitário mais confortável



Acessibilidade nos pontos de água

Nas áreas propensas às cheias, os pontos de água devem estar elevados para proteger a fonte de água de ficar contaminada pelas águas das inundações, isto quer dizer que pelo menos será preciso rampas para aceder aos pontos de água elevados. O espaço elevado estará com corrimãos e todo seu redor para segurança e favorecer a acessibilidade.

Com o fim de reduzir a distância até o ponto de água para as pessoas mais vulneráveis (deficientes, idosos, mulheres grávidas, doentes...) uma sugestão seria a instalação de sistemas de coleta de água no próprio edifício

Acessibilidade em saneamento

No contexto moçambicano, a solução de saneamento aceite culturalmente é a latrina. As melhorias que devem se fazer quando for possível para aumentar a acessibilidade das latrinas a pessoas deficientes são:



- No acesso as latrinas não deve haver escadas ou desníveis. A laje deve estar no nível do solo sem apresentar bordos que possam dificultar o acesso.
- Para facilitar o uso pode se utilizar em vez duma laje, uma latrina adaptada que fica elevada e pode se sentar nela com uma altura de 45 cm do solo.
- As portas das latrinas devem abrir-se para fora e dum largo de 90 cm pelo menos. No interior da porta pode se colocar uma barra a uma altura de 85 a 96 cm para ajudar a fechar a porta quando estiver dentro.
- Corrimãos a ambos lados da laje para permitir que as pessoas que tem dificuldade em usar a latrina por problemas de mobilidade, possam se sustentar em quanto fazem uso dela. A altura dos corrimãos deve ser de 55 a 60 cm.
- Pelo menos o 10% das latrinas de cada sexo tem que ser acessível para deficientes físicos (ver próximo capítulo).

Preposicionamento de Equipamento

Com o fim de assistir adequadamente as pessoas afetadas pela deslocação, deve-se ter material de socorro preposicionado.

Uma das questões chave é onde preposicionar o material. Cada caso pode ser distinto, portanto deverá-se refletir sobre as vantagens e inconvenientes de preposicionar o material localmente ou no distrito ou na província.

As vantagens de preposicionar no distrito ou província, são que o material é gerido pelas instituições de socorro. Tendo o material centralizado, as quantidades são mais importantes e no princípio permite otimizar a quantidade de material a ser adquirido. O problema é que algumas comunidades ficam muito distantes das sedes dos distritos e inacessíveis na época chuvosa.

Por outro lado, ao preposicionar perto dos abrigos, o material fica mais perto da população potencialmente afetada. Deve-se adequar um local seguro de armazenagem (com portas, cadeado) no próprio edifício ou perto dele (por vezes na casa do líder comunitário ou do coordenador do CLGRD - Comité Local de Gestão de Riscos de Desastres onde o material fica mais seguro).

Portanto para cada caso pode-se optar por preposicionar localmente ou centralizar o material de socorro, ou realizar uma mistura das duas possibilidades (gerir parte do material localmente, o resto em armazéns centralizados geridos pelas instituições de ajuda humanitária).

TABELA RESUMO DE MELHORIAS NO ABRIGO E EQUIPAMENTO

A seguir mostra-se uma tabela de sugestões de melhoras no abrigo e material a serem preposicionados, adaptado à realidade de Moçambique:

	Instalações	Equipamento
Espaço coberto	Espaço interior: <ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a estrutura de asnas e barrotes do teto. - Reparar chapa (chapa com buracos e/ou ferrugem) - Reparar o teto de capim ou folhas de coqueiro (podres ou deficitárias...) Espaço exterior: <ul style="list-style-type: none"> - Construção dum alpendre para aumento do espaço coberto. - Colocar anilhas no edifício para permitir atar lonas (aumentar espaço coberto durante as cheias). - Plantar árvores de sombra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Lonas, cordas e ferramentas (para aumento de espaço coberto). - Tendas grandes. - Tendas familiares

Água e saneamento	<ul style="list-style-type: none"> - Construir / Reparar fonte de água (e criar comité de água). - Instalar / Reparar sistema de captação de água da chuva (caleiras, tanque). - Reabilitar latrinas existentes (reparar gretas, colocar tampas, rebocar e pintar, diferenciar por sexo, criar comité de higiene e saneamento). - Construir mais latrinas até o número de acordo com padrões da OMS. - 10% das latrinas têm que ser acessíveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Kit para comité de água (escola e centro saúde). - Kit para comité de higiene da escola. - Lajes de plástico e lonas para latrinas de emergência (e ferramentas). - Jerricans, baldes, sabão...
Paredes, portas e janelas	<ul style="list-style-type: none"> - Reparar paredes de material local (matar com o apoio da comunidade). - Reparar portas e janelas - Colocar redes mosquiteiras nas janelas. - Reforços contra ventos (venezianas e barras). - Repintar paredes (material convencional). 	<ul style="list-style-type: none"> - Barras para fechar portas e janelas.
Pré-posicionamento de bens de socorro	<ul style="list-style-type: none"> - Construir/Reabilitar área de armazenamento (portas, janelas, cadeado...) 	<ul style="list-style-type: none"> - Os bens de socorro poderiam se preposicionados na casa do líder. - Cobertores (mantas). - Redes mosquiteiras. - Jerricans, baldes. - Roupas (capulanas...)
Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a acessibilidade na rota evacuação (pontes...) - Aumentar a largura da varanda até 2,5 m - Construir rampas (inclinação menor 10%) - Colocar corrimão nas varandas, escadas e rampa. - 10% das latrinas tem que ser acessíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Canoas, barcos.
Visibilidade e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Colocar letreiro com nome do edifício - Pintar teto de vermelho (com nome do edifício) - Colocar mastro para bandeiras de cores de aviso prévio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Bandeiras de cores (aviso prévio) - Painel solar e fichas para carregar bateria de telefones, rádio
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> - Criar comité de gestão do abrigo. - Instalar quadro de avisos em parede exterior. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manual de gestão de abrigos - Fichas de registo e monitoria - Painel solar (para comunicação por celulares)



Fase de UTILIZAÇÃO

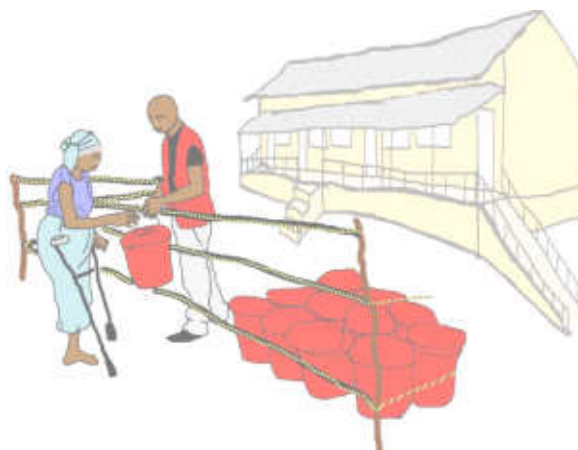
Introdução a utilização do abrigo

Gestão do Abrigo

- Estrutura organizativa
- Gestor e comité geral
- Sub-comités temáticos
- Atividades de Monitoria

Os beneficiários do abrigo

- Pessoas vulneráveis (proteção)
- Padrões mínimos para abrigos coletivos (Esfera)
- Áreas do abrigo
- Distribuição de bens
- Regras de convivência
- Participação comunitária



Introdução a utilização do abrigo

O Ciclo de Vida do Abrigo inclui três fases: preparação, utilização e encerramento. A fase de utilização muitas vezes **é a fase mais longa e difícil** dado que, frequentemente, os centros de acomodação precisam de estar operacionais – a fornecer assistência e proteção à população deslocada – por muito mais tempo do que o previsto na fase de preparação.

Nesta fase intermédia do ciclo, as atividades de cuidados e manutenção ao nível local precisam de ser feitas **diária e regularmente** com o objetivo de continuar a satisfazer os padrões, necessidades básicas e direitos da população deslocada.

Uma série de participantes estará envolvida na **coordenação das atividades** de cuidados e manutenção – com base nas suas funções e responsabilidades.

A fase de utilização do abrigo é uma fase **dinâmica**, na qual as necessidades humanas variam à medida que a comunidade deslocada se adapta às realidades de um determinado contexto de deslocamento.

A **chegada de novos deslocados** pode exigir mais tendas assim como maiores instalações e serviços básicos; as questões de proteção, preocupações e/ou incidentes podem exigir ações imediatas e enérgicas por parte dos vários atores, a fim de melhorar e manter a segurança e o carácter civil do centro.



Durante esta fase também é importante adaptar as atividades de Gestão do Abrigo para **responder a situações imprevistas**, como problemas relacionados com a drenagem (no centro de acomodação) e possível desenvolvimento e propagação de doenças.

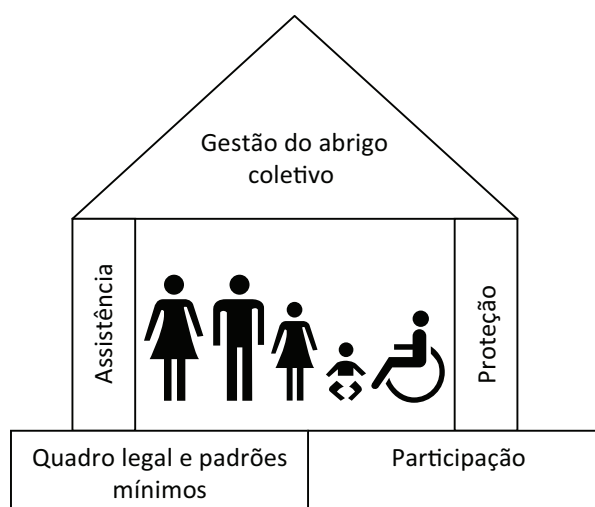
Com o tempo e o uso, as **instalações do centro de acomodação** irão necessitar de manutenção e/ou melhoramentos. Por exemplo, as latrinas e os depósitos de lixo terão de ser esvaziados, substituídos e/ou retirados de serviço, e as infraestruturas gerais, tais como a drenagem, precisarão de atenção consoante as estações e os padrões climáticos. De igual modo, surgirão novas necessidades com as variações na população dentro do centro de acomodação.

Com vista a garantir as melhores condições possíveis para uma vida digna durante a deslocação, bem como boas práticas em gestão de abrigos, é importante **monitorar e registar**, de forma coordenada e regular, de que modo o centro está a responder ao uso e desgaste geral e às mudanças ao longo do tempo, e de que forma afeta o dia-a-dia dos seus moradores. Ao fazer isso, não só haverá uma maior compreensão das atividades que estão sendo realizadas, mas também os responsáveis pela gestão do abrigo podem identificar problemas e lacunas na assistência e proteção que precisam de ser resolvidos.

Nesta fase é essencial que os funcionários do governo e parceiros atuem e demonstrem o seu **compromisso com o imperativo humanitário**, a defesa dos direitos humanos dos deslocados, a promoção da participação direta em todas as atividades planeadas, tanto da população deslocada como da comunidade de acolhimento, e também com a procura de uma solução duradoura para acabar com a deslocação.



Gestão do abrigo coletivo



Estrutura organizativa

A gestão é referente às operações dentro do abrigo coletivo. Um abrigo bem gerido proporciona um ambiente seguro e saudável, restaura e mantém a dignidade das populações deslocadas, ao mesmo tempo que as suas necessidades básicas são atendidas e os seus direitos respeitados.

Segundo a natureza do desastre, a coordenação dos abrigos inicialmente é feita pelas autoridades locais mas o objetivo é que a coordenação do abrigo coletivo passe o mais cedo possível para os membros da comunidade.

A gestão do abrigo coletivo deve fazer-se com a comunidade afetada de forma participativa e voluntária para garantir que a comunidade aceite as normas que regulam o abrigo.



A boa ou má gestão do centro de acomodação, depende de três fatores principais:

- 1) Capacidade e vontade do gestor do abrigo e dos subcomités em organizar e coordenar as actividades diárias no abrigo coletivo.
- 2) Participação ativa da população deslocada nas estruturas de coordenação e actividades diárias do abrigo coletivo.
- 3) Vontade, bem como apoio e recursos coordenados e eficazes fornecidos pelos atores ao nível nacional, provincial, distrital e local – em benefício das populações abrigadas.

Gestor e comité geral

O **comité geral** está formado pelo **gestor do abrigo** e representantes de cada subcomité técnico. Têm o papel e a responsabilidade de gerir o centro de acomodação e coordenar as actividades dos subcomités; facilitando e monitorando a participação comunitária geral no mesmo.

Os **subcomités** são integrados pelos representantes da comunidade; são pessoas comprometidas com a sua comunidade e que oferecem sua ajuda nas actividades de gestão. Cada subcomité está focalizado num sector técnico específico, como água, higiene e saneamento, proteção, educação, saúde, alimentação, etc. Os subcomités também podem ser estabelecidos para assistir as pessoas com necessidades específicas e vulnerabilidades crescentes, tais como mulheres, jovens, crianças e idosos. Os subcomités podem ser mobilizados com sucesso se estão envolvidos no planeamento, desenho e implementação de actividades relacionadas com a preparação, utilização e encerramento do abrigo.

O gestor do abrigo e os subcomités desempenham um papel central e fundamental na organização, implementação e monitoria das actividades diárias, em parceria com as populações deslocadas, e também com os atores nacionais, provinciais, distritais e locais. As principais responsabilidades de gestão incluem:

- 1) **Recolher informações e manter registos atualizados** da população no abrigo, incluindo a identificação de pessoas com necessidades específicas. Com base no conhecimento das características da população deslocada, podem-se tomar decisões informadas em relação à proteção e assistência dentro do abrigo. Toda a heterogeneidade das pessoas em termos de idade, sexo e capacidade física afetam as estratégias de ação e sobrevivência entre a população durante a deslocação. Identificar as necessidades de pessoas com necessidades específicas, frequentemente as mais vulneráveis e em situação de risco dentro do abrigo coletivo, é fundamental para garantir os seus direitos e acesso aos e serviços básicos. Manter registos atualizados da população abrigada, incluindo os recém-chegados e os que estão a sair, é muito útil para monitorar a situação no seu conjunto. Informações precisas e atualizadas também são necessárias para os fornecedores de serviços, a fim de planificar, financiar e monitorar os serviços básicos que ajudam a manter uma vida digna dentro do abrigo coletivo.
- 2) **Partilhar informações e reportar sobre questões importantes**, junto dos atores relevantes a nível nacional, provincial, distrital e local - incluindo o Governo (através da COE), parceiros humanitários e outros fornecedores de serviços. A partilha regular de informações precisas, relevantes e oportunas é essencial para uma coordenação bem-sucedida, o que por sua vez

ajuda a garantir uma resposta coerente para o planeamento e ações humanitárias entre todos os atores. São necessários telefonemas regulares, reuniões e canais de informação claros para a divulgação da informação. Formar parcerias com atores, tais como as autoridades locais relevantes e organizações humanitárias, é particularmente importante para o acompanhamento e monitoria dos problemas de proteção identificados e introdução de medidas de segurança.

- 3) Coordenar com vários atores** com o fim de assegurar uma resposta integral que satisfaça as necessidades da população deslocada, procurando ao mesmo tempo cumprir os padrões nacionais e internacionais e garantir os direitos humanos. Isso inclui a definição de papéis e responsabilidades claros e realizáveis, e uma divisão de tarefas acordada pelas partes envolvidas ao nível local. Esta tarefa de coordenação ao nível local é um processo difícil, multifacetado e contínuo. Inclui a monitoria de toda a prestação de serviços dentro do centro e elaboração de recomendações para adaptar a assistência e proteção fornecida à medida que as necessidades da população deslocada vão variando.
- 4) Monitorar as atividades** do abrigo, incluindo a prestação de serviços e a proteção no abrigo coletivo. A oferta de serviços deve ser equitativa, imparcial e de fácil acesso para a população deslocada, incluindo as pessoas com necessidades específicas (que muitas vezes são aquelas mais vulneráveis). O uso de padrões nacionais e/ou internacionais na monitoria da prestação de serviços fornece orientações sobre o cumprimento dos níveis mínimos de serviços e proteção no abrigo coletivo, e garante os direitos humanos básicos da população deslocada. O Gestor do abrigo e os subcomités são responsáveis por identificar e monitorar as necessidades da população deslocada e eventuais lacunas nas instalações e infraestruturas. Num abrigo é necessário realizar o acompanhamento, a fim de monitorar eficazmente que recursos e capacidades técnicas estão disponíveis para satisfazer as necessidades e preencher as lacunas. Como uma abordagem geral na Gestão do abrigo, as necessidades e lacunas na assistência e proteção do abrigo devem ser ativamente reportadas a todos os atores envolvidos. Uma monitoria constante garante um ambiente seguro e saudável para as populações deslocadas, onde as necessidades básicas são satisfeitas e os direitos humanos respeitados.
- 5) Garantir a manutenção das infraestruturas e instalações** no abrigo coletivo. Com o tempo (uso e desgaste normal), e condições climáticas adversas, as infraestruturas e instalações do abrigo vão-se deteriorando. Alguns exemplos de instalações que necessitam de manutenção regular e contínua são as latrinas, instalações para lavagem, o próprio edifício, lixeiras, cozinha e instalações de saúde e educação.
- 6) Promover o envolvimento e participação ativa da população** deslocada na manutenção geral diária do abrigo coletivo. Uma das responsabilidades mais importantes do Gestor do abrigo e os subcomités é identificar, capacitar e mobilizar a população deslocada para garantir ativamente a sua representação, envolvimento e participação, de acordo com as suas capacidades e habilidades, na coordenação e implementação das atividades no abrigo. Isto inclui a identificação e o envolvimento de pessoas com necessidades específicas (grupos vulneráveis), como uma forma ativa de reduzir a sua dependência e preparar a todos os membros da população deslocada para a vida fora do abrigo.

Sub-comités temáticos

O **número de subcomités** temáticos vai depender das necessidades de cada abrigo coletivo e da quantidade de pessoas que está a hospedar. Para garantir que cada membro dos subcomités esteja informado e envolvido no seu papel, das suas responsabilidades e tarefas, é prática e recomendado que cada subcomité defina as tarefas e atividades de sua área de trabalho e estabeleça as regras comuns que irão guiar o comportamento dos seus membros.

É importante elaborar um documento (**Termos de Referência**) que clarifique as atividades e tarefas acordadas pelos membros de cada subcomité. O subcomité pode procurar o conselho do gestor do abrigo. Uma vez que identificadas as atividades e tarefas, todos os membros do subcomité devem apoiar seu conteúdo e a sua implementação. Em alguns casos, podem assinar o documento e partilhar a informação com a comunidade afetada e outros actores que participem no abrigo.

Sugere-se que em caso de já existir comités na comunidade deslocada, estes sejam os mesmos que participem como subcomités na gestão do abrigo já que tem o conhecimento e a experiencia para poder fazer as atividades.

A seguir apresenta-se um guião para estabelecer as tarefas dos subcomités:

Atividades comuns para todos os subcomités:

- Organizar encontros periódicos de todos os membros do subcomité.
- Partilhar informação com a comunidade afectada, o comité geral, o gestor do abrigo e outros actores envolvidos na gestão do mesmo.
- Promover a participação dos membros da comunidade em todas as atividades realizadas pelo subcomité.

Exemplos de subcomités e suas atividades:

- Subcomité de água¹:
 - Monitoria das condições dos pontos de água e do acesso.
 - Monitoria dos atores que fornecem água no abrigo
 - Sessões de transporte e conservação de água
 - Produção e partilha de informações chave sobre água com a comunidade afetada (quadro de avisos).
 - Monitoria, em coordenação com o gestor do abrigo, sobre a quantidade e qualidade da água.
 - Organização de sessões de limpeza comunitárias nos pontos de água.
- Subcomité de higiene:
 - Monitoria da condição do aterro sanitário.

.....
1 Nas comunidades costuma existir comité de água para gerir os pontos de água, e comité de higiene com pessoas diferentes para a promoção de higiene dentro da comunidade e dependendo do tamanho do abrigo e da comunidade deslocada, pode se criar separados ou de forma conjunta um só comité de água, saneamento e higiene.

- Monitoria das condições das instalações sanitárias e do acesso.
 - Monitoria dos atores que fornecem saneamento e higiene no abrigo.
 - Sessões de promoção de higiene, incluindo o uso correto das latrinas e doenças relacionadas com o feccalismo a céu aberto. Palestras sobre higiene nos centros de saúde.
 - Produção e partilha informações chave sobre saneamento e higiene com a comunidade afectada (quadro de avisos).
 - Monitoria da condição das latrinas e manutenção das mesmas, incluindo a disposição de sabão ou cinza para lavagem de mãos.
 - Organização de sessões de limpeza comunitárias.
- Subcomité de proteção
 - Identificação de pessoas com necessidades específicas e de estratégias para garantir sua participação nas actividades do abrigo.
 - Adaptação do abrigo às necessidades das pessoas com necessidades específicas (acessibilidade).
 - Promoção do acesso aos serviços para as pessoas com necessidades específicas tenham acesso aos serviços.
 - Organização de campanhas sobre violência baseada no género.
 - Instalação e monitoria de programas de vigilância e segurança comunitários.
 - Estabelecimento dum sistema de referência e reporte sobre os incidentes de proteção.
 - Estabelecimento de redes de voluntários para monitorar as áreas comuns, tais como os espaços para crianças.
- Subcomité da mulher:
 - Identificação das mulheres que precisam de cuidados especiais ou que estejam em situação de maior vulnerabilidade, e promover seu acesso à serviços básicos e à medidas de proteção adequadas, em parceria com atores institucionais de gestão do abrigo. Por exemplo, mulheres grávidas ou lactantes, mulheres chefe de família, viúvas, vítimas de violência sexual ou baseada no género, etc.
 - Promoção de espaços e oportunidades de liderança e participação de mulheres em eventos comunitários, espaços de formação e capacitação, etc.
 - Promoção de espaços para a participação e liderança das mulheres em actividades de distribuição de ajuda humanitária.
 - Verificação continua das condições de segurança das instalações sanitárias e das áreas comuns, com o fim de identificar riscos como violência sexual, exploração e abuso sexual, etc.
 - Promoção da participação equitativa de homens e mulheres nas tarefas familiares (distribuição equitativa de papeis de género).

- Subcomité de educação:
 - Monitoria de crianças que abandonam ou não frequentam a escola.
 - Organização e implementação de seminários sobre meios de vida para as famílias.
 - Organização de encontros com os pais ou encarregados de educação e professores.
 - Provisão e coordenação do “espaço amigo da criança” incluindo a planificação de atividades recreativas para as crianças
 - Estabelecimento de parcerias com os representantes do ministério de educação da comunidade hospedeira para integrar as crianças e jovens da comunidade afetada nas escolas.
 - Organização e liderança dos núcleos escolares para a promoção de higiene, saúde, proteção da criança entre alunos e professores.

- Subcomité de saúde:
 - Monitoria dos surtos de doenças tais como malária, diarreia, cólera, etc.
 - Identificação de pessoas com doenças crónicas tais como HIV/SIDA.
 - Referência de casos de doenças aos atores de saúde chaves na gestão do abrigo (técnicos de saúde, socorristas...)
 - Planificação e liderança de campanhas de sensibilização sobre saúde (sessões, palestras e obras de teatro) que abordem os problemas de saúde que a comunidade afetada possa ter.
 - Apoio aos programas e serviços médicos no abrigo.
 - Apoio aos serviços específicos para mulheres grávidas e mães lactantes, contribuindo para que estes membros da comunidade estejam identificados.
 - Preparação, planificação e organização do transporte (evacuação) para o hospital mais próximo em caso de urgências.
 - Disposição e manutenção da bolsa de primeiros socorros e garantir que esteja fora do alcance das crianças.

- Subcomité de alimentação:
 - Monitoria da distribuição de alimentos de forma equitativa entre as famílias, priorizando as pessoas mais vulneráveis dentro do abrigo coletivo.
 - Identificação de pessoas com necessidades específicas alimentárias: bebés, crianças, mulheres grávidas, doentes...e garantir que suas necessidades são cobertas na distribuição de alimentos.
 - Referência e endereço dos casos de desnutrição ao subcomité de saúde.
 - Coordenação com o comité de logística para o aprovisionamento e distribuição de alimentos.

- Subcomité de logística:

- Identificação e estabelecimento de uma área específica para armazém.
 - Receção e coordenação da receção e distribuição de bens.
 - Classificação de bens por tipo (alimentos, higiene, roupa, outros) para sua distribuição.
 - Manutenção do controlo e registo dos alimentos existentes.
 - Informação das necessidades da comunidade afetada no que diz respeito aos bens.
- Subcomité de idosos:
 - Organização de um subcomité dedicado a idosos, que inclua a pessoas idosas.
 - Identificação de idosos que necessitem de um cuidado especial.
 - Organização de assistência comunitária para idosos sem apoio familiar.
 - Fornecimento de espaços e oportunidades aos idosos para liderar ou participar em eventos comunitários, celebrações e ensinamentos tradicionais, etc.
 - Identificação de famílias chefiadas por idosos e fornecer serviços e proteção adequados em parceria com actores institucionais.
 - Monitoria do acesso físico as instalações, áreas comuns do abrigo e serviços para os idosos.
 - Organização e monitoria de atividades de distribuição para idosos.
 - Organização e implementação de seminários de capacitação sobre meios de vida para idosos.
 - Subcomité para deficientes
 - Organização de um subcomité dedicado as pessoas deficientes, que inclua pessoas deficientes como membros.
 - Identificação de pessoas deficientes com necessidade de cuidados especiais.
 - Apoio à pessoas deficientes, segundo as necessidades específicas.
 - Garantia da acessibilidade das instalações e áreas comuns para as pessoas portadoras de deficiência e que estes sejam inclusos na sua manutenção.
 - Apoio organizado para famílias com crianças deficientes.
 - Informação ao gestor do abrigo sobre as necessidades de serviços de proteção para pessoas deficientes.
 - Planificação e liderança de sessões de sensibilização sobre a forma de apoiar as pessoas deficientes.
 - Organização e implementação de seminários de capacitação sobre meios de vida para pessoas deficientes.

Também pode ser interessante desenvolver um documento que clarifica uma serie de regras concordadas sobre o comportamento dos membros do subcomité. As regras devem desenvolver e comunicar um sentido de responsabilidade e também inspirar um espirito de cooperação

entre os membros. Adicionalmente, as regras estabelecidas irão guiar o comportamento, coordenação e interação efetiva dos membros do subcomité, a comunidade afectada e os actores da gestão do abrigo.

Guião para estabelecer as regras comuns dos subcomités:

- Tamanho do subcomité (quantos membros vai ter o subcomité?)
- Frequência dos encontros do subcomité (de quanto em quanto tempo vai se encontrar?)
- Liderança (de quanto em quanto tempo vai mudar de líder e de membros?)
- Como manter a disciplina dentro do subcomité.
- Representatividade da comunidade dentro do subcomité (como garantir a representação de crianças, mulheres, idosos, deficientes?)
- Equidade de género (promover a participação e liderança por igual de homens e mulheres nos subcomités).
- Imparcialidade (como evitar favoritismos dos membros quando estão a fazer suas actividades no abrigo?)
- Partilha de informação (como partilhar a informação entre os membros, com outros comités e outros actores envolvidos na gestão do abrigo?)
- Responsabilidade e transparência (como o subcomité vai sensibilizar aos outros membros da comunidade afectada sobre suas tarefas?)
- Inclusão (como fazer participar os membros da comunidade afectada e outros actores envolvidos em suas actividades?)

Atividades de Monitoria

A monitoria é fundamental e implica **observações regulares e a recolha padronizada e sistemática de informação** com enfoque na vasta gama de necessidades em termos de assistência e proteção no abrigo coletivo. A monitoria também envolve o registo detalhado e a produção regular de relatórios de acompanhamento das ações a serem realizadas, com o objectivo geral de atender as necessidades básicas da população deslocada a fim de garantir um ambiente saudável e harmonioso.

Para isso, podemos usar **padrões e boas práticas** como referência para a monitoria na Gestão do Abrigo. Por exemplo, ao monitorar a disponibilidade de água no abrigo coletivo, devemos ter em mente que o padrão mínimo de água é estimado em 7,5 – 15 litros por pessoa e por dia. A quantidade total de água disponível no abrigo, portanto, precisa de ser ajustada conforme as variações no tamanho da população.

É importante que todos os atores concordem com as **ferramentas de monitoria** que serão usadas antes da sua aplicação, e qual vai ser a sua periodicidade. A monitoria é geralmente feita por sectores, como educação, saúde, água e saneamento, e proteção. Dado que o monitoramento precisa de ser planeado e coordenado como uma atividade contínua e regular durante a fase de utilização do abrigo, recomenda-se fortemente o uso de fichas de monitoria especificamente elaboradas para a Gestão de Abrigos e por setores. Em anexo existe uma

serie de modelos de fichas de monitoria que podem ser adaptadas de acordo com o contexto específico de cada abrigo temporário.

A monitoria inclui **visitas sistemáticas** ao redor do abrigo, onde devem ser feitas observações. A interação com a população deslocada pode fornecer informações adicionais sobre o estado geral dos serviços e instalações no abrigo. Para monitorar determinados aspetos técnicos e sociais no centro de acomodação, é preciso **consultar grupos específicos de pessoas**. Por exemplo, para questões relacionadas com a segurança das mulheres, será necessário entrevistar várias mulheres (jovens, mulheres mais velhas, mulheres chefes de família, etc.). Da mesma forma, será importante consultar os diferentes atores envolvidos na manutenção da lei, ordem e segurança no abrigo.

Através de canais de consulta e atividades de monitoria, podem-se identificar as necessidades e os problemas (mas também boas práticas a serem apoiadas e incentivadas) no centro de acomodação e os gestores e os comitês do abrigo – em conjunto com as autoridades locais, membros da comunidade local e outros actores – estarão melhor preparados para planejar as ações. Como parte desta abordagem de planeamento, deverá ser discutido e analisado o seguinte:

- Ações a serem tomadas - o que deve ser feito a fim de atender à necessidade identificada?
- Atores envolvidos: Quem pode ser envolvido, a fim de atender à necessidade? Isso pode ser resolvido dentro da comunidade deslocada ou será necessário recorrer a actores /apoio externos?
- Urgência da ação: Quando é que a necessidade exige atenção? É importante priorizar, uma vez que podem surgir várias necessidades ao mesmo tempo, tendo também em conta que há uma diferença significativa entre desejo e necessidade. A necessidade deve sempre orientar a definição de prioridades, com base no princípio do direito à proteção e assistência.

A ação planeada deve ser sempre realizada de forma coordenada e atempada, com vista a cumprir as funções, responsabilidades e obrigações, tais como estão definidas nos padrões, leis internacionais e nacionais, etc. O princípio da criação de parcerias deve sempre orientar o trabalho de Gestão de Abrigos - incluindo a população deslocada e a comunidade de acolhimento nas atividades.

Nos anexos apresentamos um exemplo de um plano de monitoria e ação que pode servir de base para a comunidade e as autoridades locais definirem, acordarem e planearem as suas atividades de monitoria. Recomenda-se que todas as ferramentas genéricas de monitoria sejam adaptadas de acordo com o contexto específico de cada gestão de abrigo.

Boa prática**Comités Locais de Gestão de Riscos. Comissões de Evacuação e Abrigo.**

O INGC junto com os seus parceiros leva anos trabalhando num programa de criação de Comités Locais de Gestão de Riscos (CLGR) nas zonas propensas a desastres por todo o país.

O CLGR é um grupo de pessoas voluntárias da comunidade, que se dedica a desenvolver actividades de prevenção, mitigação e prontidão nas suas comunidades, envolvendo os líderes e as autoridades locais (distritais e comunitárias).

Alguns membros são treinados para **evacuar** as pessoas afetadas desde os locais de origem até os abrigos previamente identificados.



Dentro do CLGR também existe uma **comissão de abrigo**, composta por 2 ou 3 pessoas com capacidades de conciliação e que, pelo menos uma, saiba ler e escrever.

Tarefas no âmbito de preparação (tempo calmo)

- Identificar, em coordenação com outras entidades, os edifícios ou locais seguros que poderão ser usadas como abrigos temporários, assim como postos de saúde, fontes de água e centros de distribuição de alimentos em caso de emergência.
- Solicitar a capacitação sobre a gestão dos centros de abrigo em matérias de: condições sanitárias, abastecimento, necessidades básicas, atividades culturais, produtivas, recreativas, saúde mental e outras condições básicas.

- Sensibilizar a comunidade sobre o uso do centro de abrigos temporários
- Elaborar um regulamento interno sobre o funcionamento dos centros de abrigo e assegurar que a comunidade o conheça.

Tarefas no âmbito de emergência.

- Coordenar com os líderes comunitários, parceiros locais, Saúde e outros para organização e funcionamento do Centro de Acomodação.
- Em coordenação com líderes comunitários fazer o registo das pessoas afetadas nos centros de abrigo.
- Garantir a distribuição de bens aos afetados de maneira transparente.



Os beneficiários do abrigo

Pessoas vulneráveis. Proteção

Dentro da comunidade de deslocados, há grupos de indivíduos que, devido a circunstâncias únicas, têm necessidades específicas, e requerem atenção especial.

Grupos de indivíduos	Quem tem necessidades específicas dentro da comunidade deslocada	Exemplos de riscos e vulnerabilidades a falta de proteção dentro da comunidade deslocada
Crianças e jovens 	<ul style="list-style-type: none"> • Crianças desacompanhadas e separadas. • Crianças anteriormente ligadas a forças ou grupos armados. • Famílias lideradas por crianças. • Jovens fora da escola e desempregados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Violência, abuso e exploração sexual, abuso emocional, físico e psicológico. • Recrutamento forçado e/ou trabalho forçado. • Recusa de registo de nascimento e documentos. • Recusa de acesso à educação.
Mulheres e raparigas 	<ul style="list-style-type: none"> • Mulheres que sobreviveram a atos de violência ou tortura baseados no género. • Mulheres (incluindo viúvas, mulheres chefes de família, mães lactantes, e idosas abandonadas) sem proteção/apoio familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior risco de violência baseada no género. • Falta de privacidade física e segurança nos abrigos, instalações sanitárias e outros espaços comuns. • Discriminação, assédio, exploração sexual, estupro e/ou abuso físico.
Idosos 	<ul style="list-style-type: none"> • Idosos sem apoio familiar ou da comunidade. • Avós chefes de família. • Idosos com problemas de saúde, mentais ou físicos, incapazes de cuidarem de si próprios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior risco de violência baseada no género. • Falta de privacidade física e segurança nos abrigos, instalações sanitárias e outros espaços comuns. • Discriminação, assédio, exploração sexual, estupro e/ou abuso físico.
Pessoas com deficiência e/ou problemas de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas doentes sem apoio (da família / comunidade). • Pessoas com doenças crónicas. • Pessoas com deficiências físicas. • Pessoas com deficiências mentais. • Pessoas que vivem ou correm risco de contrair HIV / SIDA. • Sobreviventes de tortura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Marginalização e tratamento discriminatório. • Dificuldades no acesso a serviços básicos e/ou salvar a vida. • Acesso limitado a tratamento médico. • Isolamento, solidão e depressão.

O **desenho do abrigo** deve ter em consideração a melhor forma de apoiar as pessoas vulneráveis e com necessidades específicas; assim, diferentes iniciativas podem ser tomadas para garantir que o centro de acomodação providencie o acesso aos serviços e proteção a esses grupos.

- Construir e destinar latrinas específicas para as pessoas com deficiência e / ou idosos.
- Fornecer abrigos protegidos e com suficiente espaço e privacidade para crianças, mulheres grávidas e/ou lactantes, e agregados chefiados por mulheres.
- Garantir a iluminação de áreas comuns, tais como latrinas, áreas de cozinha comuns se for o caso e casas de banho.
- Garantir que as instalações comuns (unidade de saúde, escola, administração, etc.) são facilmente acessíveis para todos os membros da comunidade, incluindo os que têm mobilidade limitada.

Alguns riscos de **proteção** comuns nos abrigos comunitários são os seguintes:

- Violência: o ato ou ameaça de agressão física ou psicológica.
- Coerção e exploração: forçar alguém a fazer algo contra sua vontade, abusando do seu estado de vulnerabilidade, falta de poder, confiança ou acesso a recursos e ajuda humanitária.
- Privação e negligência: impedir alguém de ter acesso a serviços que necessitem, deliberadamente ou não, direta ou indiretamente.

No entanto, as necessidades específicas de proteção de qualquer população deslocada também dependem do contexto. Os indivíduos e grupos afectados em qualquer situação podem também variar, dependendo do contexto local e das circunstâncias. Por exemplo, nem todas as mulheres, crianças e jovens do abrigo têm necessariamente as mesmas necessidades específicas; isso depende bastante do contexto e das circunstâncias do indivíduo e da sociedade.

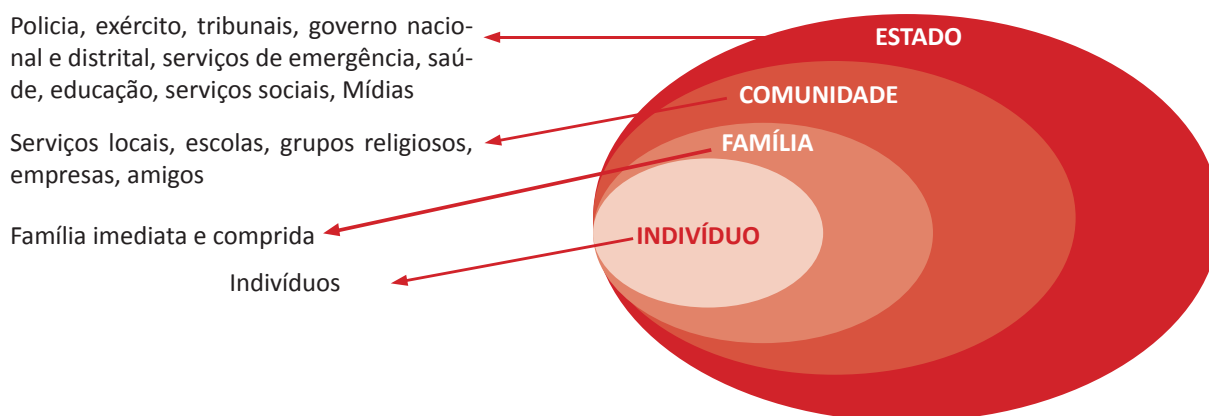
A fim de promover a proteção dentro de um abrigo coletivo, podem se realizar algumas atividades específicas, como:

- Colocação de luzes perto de certas instalações nos abrigos, especialmente latrinas e pontos de água.
- Realização de avaliações periódicas, a fim de compreender a situação de segurança no abrigo temporário e identificar potenciais ameaças.
- Estabelecimento de contacto com as autoridades locais / polícia.
- Divulgação de informações sobre questões de segurança.
- Criação dum subcomité de segurança.
- Organização de patrulhas (desarmadas) de vigilância no abrigo temporário comunitário.

Também é importante identificar as pessoas com necessidades específicas e garantir que as suas **necessidades são atendidas**. Por exemplo, incluir medidas para garantir a acessibilidade e mobilidade para as pessoas com deficiências dentro do edifício e arredores. Caso as necessidades específicas deste grupo não tenham sido observadas durante a fase de preparação, também devem ser abordadas durante as fases de utilização e de encerramento.

Agentes de proteção: o modelo da Cebola de Proteção

Vários atores desempenham papéis diferentes e específicos no âmbito da proteção nos abrigos temporários comunitários. Diversos atores têm responsabilidades específicas em termos de atividades de proteção, acompanhamento e resposta. O modelo de proteção cebola mostra os diversos atores responsáveis pela criação de um ambiente seguro para as populações deslocadas.



As necessidades específicas das pessoas em situação de risco e mais vulneráveis devem ser identificadas, compreendidas e tratadas pela população deslocada, incluindo os líderes comunitários e outros agentes da gestão do abrigo que trabalham no centro de acomodação durante todas as fases do Ciclo de Vida do Abrigo. A **proteção comunitária** pode ser uma das ferramentas mais poderosas de proteção e é definida da seguinte forma: quando a comunidade – como um todo – age para alcançar o respeito pelos seus direitos. Isto inclui: 1) apoiar e contribuir para o empoderamento dos mais vulneráveis de modo a tomarem decisões acertadas sobre o seu futuro, 2) organizar recursos e desenvolver estratégias locais para procurar reduzir a exposição a maiores danos, e 3) coordenar com atores nacionais e internacionais mandatados e não-mandatados para criar um ambiente mais protegido.

Sistemas de encaminhamento e confidencialidade

A fim de proporcionar uma proteção eficaz às pessoas com necessidades específicas e maior vulnerabilidade, é necessário ter um sistema de acompanhamento e monitoria eficiente que recolha regularmente informações sobre casos específicos de proteção. O Gestor do Abrigo e os subcomités devem estar envolvidos na identificação dos casos de proteção e têm a responsabilidade de encaminhar os membros da comunidade até aos agentes de proteção mandatados e não-mandatados consoante o necessário. É importante notar que o gestor do abrigo não é um especialista em proteção, nem deve desempenhar o papel de especialista em proteção. Um sistema eficiente de encaminhamento (rota de atendimento), com o apoio de outros agentes é, portanto, altamente recomendado.

As rotas de atendimento, ao nível do centro, assentes no princípio de partilha de informação com outros agentes relevantes e mandatados, pode ajudar a tomar as medidas adequadas em resposta a preocupações, problemas e incidentes ligados à proteção. As rotas de atendimento bem planeadas e organizadas são essenciais na medida em que nenhum ator pode sozinho fornecer toda a gama de respostas e apoio necessários para lidar com um problema ou incidente ligado à proteção. Por exemplo, uma sobrevivente de estupro pode precisar de vários tipos de serviços e apoio - atendimento médico, apoio psicossocial e a assistência jurídica para reportar o caso às autoridades competentes. Vários atores terão de desempenhar o seu papel específico para garantir a prestação de apoio e acompanhamento apropriado e holístico. Os ministérios, órgãos oficiais de defesa e organizações humanitárias específicas devem especializar-se em áreas de proteção especial. Localizar e encaminhar para um ponto focal apropriado dentro dos vários agentes é essencial para uma resposta eficaz de proteção na Gestão de Abrigos. É necessário estabelecer uma rota de atendimento em questões de proteção, aprovado por todos os atores, de modo a garantir uma resposta rápida e eficaz.

Ao gerir a informação respeitante a um problema ou incidente de proteção, deve-se sempre ter em conta a maior confidencialidade possível. As preocupações, problemas e incidentes relacionados à proteção, geralmente incluem informações sensíveis e às vezes, na tentativa de ajudar, pode-se colocar a pessoa em maior risco. A ação de atendimento deve resultar de uma consulta detalhada e de consenso. A pessoa preocupada com um problema relativo à proteção deve concordar plenamente que a sua informação pessoal e sensível seja partilhada com os agentes de proteção apropriados. Isso vai ajudar as pessoas vítimas do incidente a compreenderem todo o processo de atendimento e as razões por trás da recolha de informações, partilha, contacto com especialistas e apoio de uma equipe mais vasta. As informações só devem ser compartilhadas com agentes da proteção mandatados e/ou não-mandatados mas que estes últimos ofereçam confiança, confidencialidade e comodidade às vítimas.

Em Moçambique existem várias instituições do governo e parceiros trabalhando nas questões de proteção:

- Governo: Ministério da Mulher e Ação Social (MMAS), Direções Provinciais da Mulher e Ação Social (DPMAS), Serviços Distritais de Saúde e Ação Social (SDSAS), Instituto Nacional de Ação Social (INAS), Polícia...
- Parceiros: em torno ao Grupo Temático (clúster) de Proteção, várias organizações humanitárias trabalham estas questões, liderados pela Unicef e a Save the Children.

Padrões mínimos para abrigos coletivos (Esfera)

É essencial consultar e aplicar os padrões internacionais, tais como os referidos no projeto Esfera. Os padrões são universais e representam a expressão concreta e o cumprimento dos direitos humanos na Gestão de abrigos.

Podem ser necessários conhecimentos técnicos para assegurar que os padrões e níveis mínimos de qualidade são levados em conta ao definir as bases para o abrigo coletivo.

Nem sempre é possível atingir os padrões, devido às especificidades do contexto local. Se isso acontecer, as razões e a forma de ultrapassar estas lacunas devem ser anotadas para fins de monitoria.

Todos os intervenientes e atores que desempenham um papel na resposta de emergência devem trabalhar em conjunto para identificar as insuficiências em recursos necessários e priorizar uma abordagem coordenada que inclua a população deslocada e também os membros da comunidade de acolhimento.

Como recomenda o Manual do Projeto Esfera (versão 2011), as características mínimas dos serviços que se oferecem no abrigo são as seguintes:

Sectores	Aspetos a ter em conta	Indicadores	Imagens
Abrigo	Espaço mínimo para garantir condições de vida digna	Pelo menos 45 m ² por pessoa da área total do centro Pelo menos 3.5 m ² de área coberta por pessoa Pelo menos 2 m de distância entre tendas	
Pontos de água	Quantidade suficiente por pessoa para beber, higiene pessoal e cozinhar Distância ao ponto de água e quantidade de pessoas por ponto de água	7,5 -15 Litros por dia por pessoa. - Uma torneira de água por 250 pessoas - Uma bomba manual para 500 pessoas - Um poço aberto para 400 pessoas Ponto de água situado no máximo até 500 metros do abrigo.	
Latrinas	Número de latrinas suficiente para garantir condições higiénicas Distância para aceder a estes serviços	Uma latrina para cada 20 pessoas máximo, separadas por sexo. Situadas no máximo a 50 metros de distância do abrigo temporário	
Aterro sanitário Lixo	Deve estar perto do abrigo	Máximo uma distância de 100 metros do abrigo	

Ao nível mais geral, o Projecto Esfera também dá sugestões de instalações necessárias perto do edifício de abrigo:

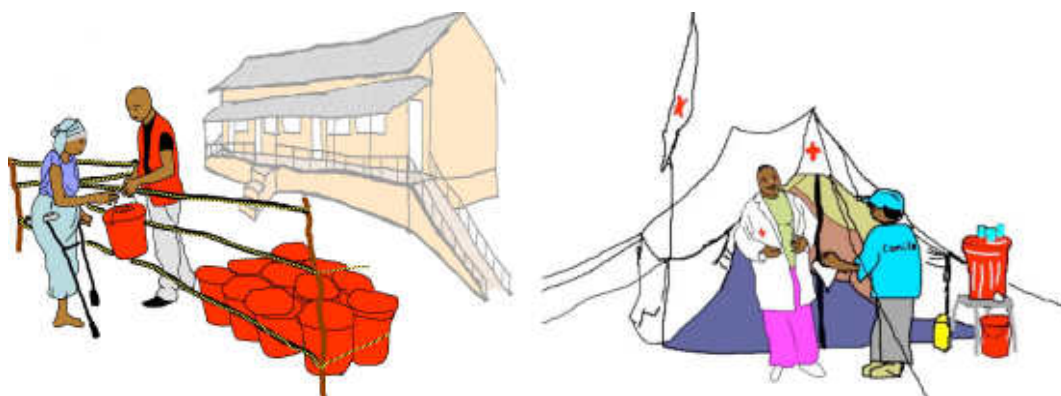
Serviços de Atendimento Básicos	<ul style="list-style-type: none"> - Unidade de saúde - Escola - Pontos de distribuição - Administração / Gestão do abrigo
Estradas, caminhos, quebra- fogos	<ul style="list-style-type: none"> - Sempre que possível, a estrada principal deve ter alguma iluminação durante a noite. A utilização de painéis solares pode ser uma alternativa se não houver eletricidade disponível. - Por razões de segurança e proteção, deve-se evitar que o abrigo temporário comunitário seja atravessado por estradas públicas.
Áreas comuns, comerciais e de lazer	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas de recreação. - Área para reuniões gerais. - Espaço para encontros religiosos. - Espaço ou/e locais para crianças jogarem
Agricultura e Pecuária	<ul style="list-style-type: none"> - Deve-se ter em vista terreno adicional se a comunidade tem gado ou está envolvida em atividades agrícolas.
Questões culturais e sociais	<ul style="list-style-type: none"> - As considerações sociais e culturais devem ser levadas em conta na preparação do abrigo comunitário. Neste sentido, o envolvimento da comunidade deslocada é essencial. - A disposição geral do abrigo comunitário deve ser culturalmente contextualizada, de modo à corresponder as necessidades das estruturas / padrões das famílias e comunidade da melhor forma possível.

Áreas do abrigo coletivo

O abrigo coletivo pode se dividir em diferentes áreas, dedicando um uso diferente para cada uma delas e onde exige-se o seguimento das regras de uso adequado para cada área. Assim o abrigo pode-se dividir em:



Serviços (inclui receção, saúde, distribuição)



A área de serviços inclui: a receção e administração onde se faz o registo das famílias abrigadas e a gestão do abrigo; a zona de saúde onde os serviços de saúde atendem aos doentes; a zona de distribuição de alimentos, água e bens não alimentares ...

Recomenda-se que a área de serviços esteja localizada na zona de entrada do abrigo coletivo para facilitar o trabalho dos fornecedores de serviços e sua organização.

Dormitórios



É uma área exclusiva para que as pessoas descansem dentro do edifício, onde não se permitem outras atividades.

Para a atribuição do espaço dentro do edifício, dever-se-àter em conta o número de pessoas a serem abrigadas e a disponibilidade e capacidade do local.

Os padrões Esfera indicam que cada pessoa precisa 3,5m² de espaço coberto. Para conseguir atingir este valor, por vezes o edifício não tem o espaço suficiente - nos primeiros dias poder-se-à tomar o valor designado para centros de evacuação: 1,5 m² por pessoa.

Passados os primeiros momentos da emergência, pode-se aumentar o espaço coberto do abrigo com lonas ou tendas, a colocar ao redor do edifício de abrigo. Também poder-se-à utilizar outros edifícios perto do centro de acomodação para abrigar as pessoas.

Com o fim de poupar espaço, cada família ficará na área atribuída dentro do abrigo com os menores pertences possíveis (preparando um quarto como zona de armazém para que as pessoas possam meter os seus bens).

No abrigo tratar-se-à de conservar ao máximo a unidade familiar e comunitária. Por tanto se houver possibilidade se atribuirá um quarto (ou tenda) para cada família, com uma organização geral por comunidades de origem.

Boa pratica

Comunidades isoladas evacuadas para locais seguros mas sem suficiente espaço coberto

Infelizmente no contexto de Moçambique há áreas onde a existência de locais seguros com infraestruturas é mínima e portanto não há suficiente espaço coberto para abrigar a todas as pessoas deslocadas.

A experiência das próprias comunidades é de priorizar as crianças, pessoas com deficiência e idosas para dormir dentro do abrigo (o resto de pessoas ficam ao ralento).

Do lado das instituições, tenta-se sempre de assistir a população deslocada aumentando o espaço coberto com lonas e tendas, ou facilitando que as pessoas deslocadas procurem abrigo em casas de famílias hospedeiras (casas de familiares, amigos ou vizinhos).

Comunitária



É um espaço físico separado do edifício de abrigo. Este espaço com sombra através de árvores ou alpendre, serve para fazer outras atividades dos agregados familiares como:

- Cozinhar
- Jogos das crianças “Espaço amigo da criança”
- Encontros comunitários e reuniões dos subcomités
- Atividades e costumes locais

Higiene e Saneamento



É uma zona separada do edifício de abrigo que inclui o saneamento (as latrinas), o aterro sanitário ou contentores de lixo e as casas de banho (ou rio) onde as pessoas podem realizar as suas práticas de higiene com dignidade e segurança. As instalações estarão sinalizadas e acessíveis assim como separadas por sexo. Sugere-se localizar a área de higiene e saneamento na parte posterior do abrigo.

Boa prática

Espaços Amigos da Criança

A Save the Children junto com o INGC e vários parceiros do grupo temático (cluster) de Educação e Proteção em emergências, tem desenvolvido um conceito de espaço seguro para crianças em Centros de Acomodação.

Nas emergências, as crianças são um dos grupos de pessoas mais afetados; não só são vulneráveis aos efeitos físicos das inundações e os riscos subsequentes da malária, cólera e subnutrição, mas também ao choque emocional de ter que deixar suas casas. No contexto duma emergência, famílias e comunidades não são sempre capazes de fornecer o cuidado necessário e a proteção a suas crianças.

Nos centros de acomodação, a escola e as zonas de lazer são muito importantes para fornecer um elemento de estabilidade porque permite as crianças de esquecer por um momento o trauma que tem sofrido e ao mesmo tempo garantir que sua educação e ensinamento continuam.

Estes espaços, geridos por voluntários da comunidade, fornecem proteção, recreação e lazer, apoio psicossocial e informação que pode salvar vidas a jovens e pessoas de várias idades. Também servem para vigilância da comunidade e como mecanismo de referência dentro dos centros de acomodação onde as crianças são conectadas com serviços importantes governamentais e não-governamentais.

Estes espaços também oferecem um serviço importante aos pais e cuidadores já que lhes permitem, em particular as mães, um lugar seguro para deixar suas crianças e assim poder dedicar-se a outras tarefas no abrigo.

Como fazer um espaço amigo das crianças:

- Identificar parceiros com os quais trabalhar (MISAU, policia, ONG...)
- Identificar as necessidades envolvendo a todos os atores, incluindo as crianças.
- Selecionar o espaço físico (não pode estar perto da escola para evitar a tentação de faltar as aulas, deve ficar perto do abrigo, num terreno plano e fora de obstáculos e perigos).
- Selecionar os voluntários com a participação da comunidade (envolver ambos mulheres e homens). Treinar aos animadores.
- Construir com a comunidade o espaço (limpar a zona, construir latrinas para meninos e meninas, colocar uma vedação, construir um alpendre).
- Fornecer de materiais e equipamento.
- Selecionar as atividades para as crianças.



Espaço Amigo da Criança no centro de acomodação de Brigoda, distrito de Namacurra, província de Zambézia (Março 2013).

Distribuição de bens entre a população afetada

A distribuição de bens e alimentos entre a população afetada deve se fazer de forma controlada e levar a cabo um registo dos kits e produtos entregues, sempre priorizando as pessoas mais vulneráveis na distribuição e fazendo um processo participativo envolvendo as autoridades, líderes locais e a comunidade afetada.

Bens não Alimentares

As famílias precisam de ter acesso a produtos básicos para estar preparados para consumir comida e água, proteger-se do frio e do calor, cobrir as necessidades de higiene e todo isso mantendo a dignidade.

Kits: os bens não alimentares em Moçambique acostumam a estar organizados em pacotes ou chamados kits (exemplos: kit de higiene, kit de dignidade, kit de abrigo, kit de cozinha...) que o Governo junto com os parceiros já tem estabelecido o conteúdo de cada pacote para que possam ser adquiridos e preposicionados em armazéns prontos para a distribuição em caso de emergência. Para a distribuição dos kits, o pessoal de emergência deverá considerar o número de pessoas deslocadas, número de famílias, número de mulheres e homens e conhecer a idade utilizando a “ficha de registo familiar”, para assim poder preparar os kits necessários para a população afetada.


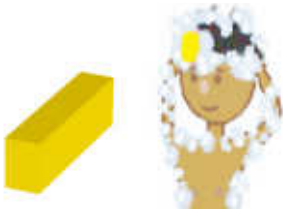





IMPORTANTE: caso não houver bens para todos, há de se priorizar as pessoas mais vulneráveis (idosos, mulheres grávidas, crianças, pessoas com deficiência)

Distribuição: Deve se planear um método de distribuição eficiente e igualitário junto com a comunidade afetada, onde deve-se priorizar as pessoas mais vulneráveis. A população deve



IMPORTANTE: caso não houver bens para todos, há de se priorizar as pessoas mais vulneráveis (idosos, mulheres grávidas, crianças, pessoas com deficiência)

	<p>Todas as pessoas têm acesso a roupa apropriada para o clima e a cultura do lugar (em Moçambique deverá considerar-se a distribuição de capulanas)</p>
	<p>Garantir que as pessoas tenham acesso a sabão para tomar banho e para lavar a roupa por mês (kit de higiene)</p>
	<p>As mulheres, meninas adolescentes recebam material de menstruação.</p>
	<p>As mães recebam fraldas de tecido para os bebés</p>
	<p>As famílias têm um kit básico para cozinhar (ou vários dependendo do número de agregados familiares)</p>
	<p>Todas as famílias têm como mínimo dois recipientes de 20 litros com tampa, um para transportar a água e outro para conservar e tratar a água.</p> <p>Em caso de ser água não segura deverão ter acesso a Certeza para tratamento ou a possibilidade de ferver antes de conservar.</p>

estar informada sobre o método de distribuição e sua participação no processo de registo para poder receber os bens. O planeamento da distribuição deve considerar a média de consumo da população, a duração do uso dos bens e habilidade da população de repor os bens.

Ao nível de bens não alimentares, tem que se garantir, na medida do possível, que as pessoas hospedadas no abrigo tenham:

Alimentação e Água

Distribuição de alimentos

Deve-se desenhar uma distribuição de alimentos eficiente e equitativa que apoie a dignidade das famílias deslocadas, junto com os parceiros humanitários, as autoridades locais e os beneficiários.

Os pontos de distribuição têm que ser seguros para os beneficiários e propiciar uma forma de distribuição fácil.





- Em caso da distribuição de alimentos por família, dever-se-à tomar em conta as necessidades por pessoa por dia.
- Em caso de alimentos não cozidos, deve-se assegurar que as famílias têm materiais para cozinhar (panelas, pratos) e combustível. Identificar o tipo de comida e o tipo de distribuição (comida, vouchers, dinheiro...)
- Envolver a comunidade abrigada na distribuição de comida para minimizar os riscos de manipulação.
- Monitorar os casos de desnutrição e identificar possíveis casos.
- É preciso identificar as necessidades das pessoas vulneráveis e os mecanismos de meios de vida da população afetada.
- Serão priorizadas as crianças, mulheres grávidas, doentes e idosos.



Distribuição e utilização correta da água

Todas as pessoas abrigadas devem ter acesso equitativo a água suficiente em quantidade e qualidade para suas necessidades básicas.

A tabela a seguir mostra o número de litros de água por pessoa por dia, segundo os padrões internacionais Esfera:

Necessidades básicas de água	Imagens	Litros por pessoa e dia	Comentários
Água para beber		2,5 – 3 litros	Dependendo do clima e da fisiologia individual de cada pessoa
Água para cozinhar		3 – 6 litros	Dependendo do tipo de comida e as normas sociais e culturais
Água para as práticas básicas de higiene		2- 6 litros	Dependendo das normas sociais e culturais
TOTAL água necessária		7,5 – 15 litros	Água para beber e cozinhar há de ser potável Água para higiene pode não ser potável

Se a água da fonte não é segura (potável), tem que se **tratar** para beber e cozinhar. Algumas vezes pode-se tratar no mesmo ponto de água e outras ao nível familiar. As técnicas para tratar a água não segura ao nível familiar no contexto de Moçambique são:

- Se a água apresenta-se turba, filtrar a água com um pano limpo (ou agregar moringa).
- Se dispõe de Certeza (clorina), deite uma tampa do produto em cada bidó de 20 litros e espere meia hora para beber.
- Se não dispõe de Certeza, ferver a água durante 15 minutos.

Também a água tem que **se transportar e conservar** corretamente. Por-tanto deve se garantir que as pessoas afetadas dispõem de material adequado para o transporte e conservação da água desde o ponto de acesso até o abrigo temporário. Em caso das pessoas mais vulneráveis como crianças, mulheres grávidas, idosos, doentes, deve-se adaptar o transporte de água as suas condições. Este material pode ser um bidó, balde, tambor, sempre garantir que esteja limpo e tenha tampa. A água deve conservar-se num recipiente adequado (bidó fechado) num lugar fresco, seguro e fora do alcance de animais ou outros meios de contaminação, e sempre deve ter a tampa.



Boa prática

Aumento dos serviços disponíveis de água e saneamento

Para além dos pontos de água e latrinas existentes no Centro de Acomodação, o Município de Quelimane em parceria com a ONG local CECOHAS (Centro para a Coordenação da Higiene, Água e Saneamento), instalaram tanques de água móveis (bladders), latrinas e casas de banho de emergência, material que tinham preposicionado na cidade.



Instalação de tanque de água de emergência (bladder) no centro de acomodação de Sampene, Quelimane. Fevereiro de 2013.



Construção de casas de banho e latrinas de emergência no Centro de Acomodação de Sampene, Quelimane. Fevereiro de 2013.

Regras de convivência no abrigo

A seguir oferece-se um guião com uma serie de recomendações para o funcionamento do abrigo (normas de convivência) que pode-se adaptar a cada abrigo:

Área do edifício

- As famílias não poderão levar consigo materiais como lixo ou inflamáveis.
- Os alimentos devem permanecer em recipientes fechados para evitar a proliferação de insetos e roedores.
- Proíbe-se cozinhar dentro do edifício. Pode-se-á cozinhar no exterior ou no anexo identificado para esse fim para evitar o risco de incêndio.
- Só pode-se utilizar as ligações elétricas disponíveis em caso de houver, sem possibilidade de adaptar conexões adicionais.
- Proíbe-se o uso ou armazenamento de combustível fora das áreas identificadas para este fim.
- Para uma melhor convivência, é preferível manter o tom da voz, som da radio e telefones que não incomodem as pessoas vizinhas.
- A limpeza e adequada manutenção do abrigo é responsabilidade de cada família e deve realizar-se todos os dias.
- Proíbe-se a entrada ao edifício de animais; dever-se-á definir um lugar no exterior para guarda-los.

- Todos os agregados familiares comprometem-se a participar nos subcomités e nas atividades do abrigo temporário comunitário.
- Proíbe-se o consumo de álcool dentro da área do abrigo.
- Em caso de roubo, será motivo de investigação policial, denuncia e expulsão do abrigo da pessoa indiciada.
- Em caso de ter uma doença contagiosa deverá seguir estritamente o tratamento e aceitar o isolamento dos serviços médicos.
- O incumprimento de qualquer das normas estabelecidas será motivo de expulsão imediata do abrigo, decisão que será tomada pelo comité geral do abrigo.

Instalações

- Cada pessoa hospedada no abrigo coletivo é responsável pelo uso adequado e manutenção das instalações (casas de banho, área para cozinhar, latrinas).
- Cada uma das áreas do abrigo será utilizada para o fim pelo qual foi definido.
- O consumo de água, energia e também no uso de todos os serviços comuns deverá ser feito de forma racional por todos os membros do abrigo.
- Os danos detetados no abrigo deverão ser informados imediatamente aos gestores do abrigo para procurar uma solução prática de reparação a partir das capacidades das pessoas hospedadas.
- Lixo: cada pessoa deverá deitá-lo nas latas de lixo ou lixeiras colocados para este fim ou diretamente no aterro sanitário.
- Latrinas:
 - Colocar sempre a tampa depois do uso.
 - Limpar sempre as mãos com cinza ou sabão depois do uso.
 - Manter limpo o solo, ao redor e as paredes da latrina.
 - Evitar fazer xixi na latrina e perto dela (melhor utilizar urinários).
- Não praticar fecalismo ao céu aberto.

Participação comunitária

Dentro de um abrigo coletivo, a participação comunitária pode ser definida como “um processo planeado pelo qual indivíduos e grupos pertencentes à comunidade de deslocados podem identificar e expressar os seus próprios pontos de vista e necessidades, e onde a ação coletiva é feita para refletir esses pontos de vista e atender a essas necessidades”.

Dependência-vulnerabilidade e participação

A integração de princípios, ferramentas e estratégias de participação comunitária nas atividades de gestão de abrigos, promove a independência, a dignidade, o bem-estar e a autogestão eficaz entre a população deslocada. Quando os princípios, ferramentas, estratégias e abordagens participativos não são promovidos e implementados, a população deslocada fica mais sujeita à vulnerabilidade e dependência.

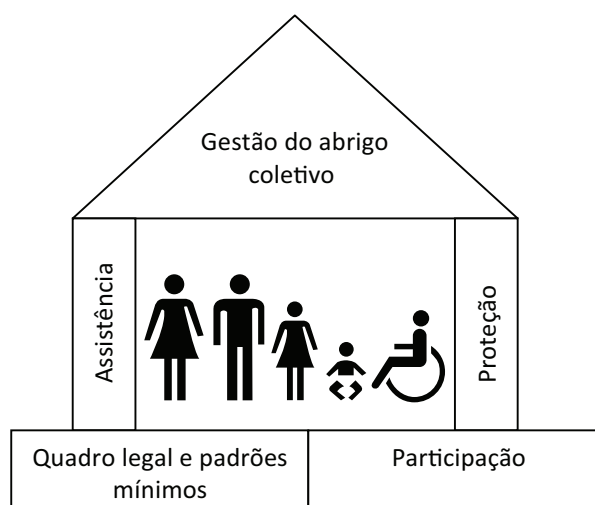
A dependência e vulnerabilidade na atividade de gestão de abrigos podem ser descritas e entendidas da seguinte forma:

- Quando a população deslocada depende de outros (por exemplo, fornecedores de serviços) para todos os aspetos de assistência e proteção durante o período em que encontra-se na situação de deslocada. Isso aumenta a vulnerabilidade.
- Quando a população deslocada é vulnerável, está mais em risco, pois perde o controlo das suas vidas, tem mais dificuldade em fazer escolhas e vencer as dificuldades que enfrenta.
- Quando a participação da comunidade é fortemente promovida pelos atores da gestão do abrigo, a independência aumenta.
- Quando a população deslocada é independente, apoia-se nas suas forças coletivas para enfrentar as adversidades e melhorar as suas condições de vida. Usando as suas forças e capacidades, mantém a sua independência e aumenta a sua dignidade.

A participação comunitária como um processo planeado e coordenado entre os agentes e a população deslocada, deve reduzir a dependência e vulnerabilidade através de níveis padronizados e apropriados de prestação de serviços e proteção - oferecidos em parceria ativa com a comunidade.

Contexto da deslocação, participação e gestão de abrigos

Na gestão de abrigos, a participação é um fator fundamental para uma resposta abrangente e eficaz em relação à população deslocada. Como indicado no símbolo da Casa de Gestão do Abrigo, a participação é um bloco fundamental - igual ao direito e padrões internacionais. Sem este bloco, a Casa de Gestão do Abrigo ficará frágil e mal construída. Sendo assim, as necessidades complexas e em constante mudança da população deslocada não serão devidamente atendidas. A participação é, portanto, fundamental para a gestão de um abrigo.



Condições necessárias para a participação comunitária

No abrigo comunitário, a população deslocada raramente é homogênea. Pode estar composta por pessoas de diferentes origens geográficas, etnias, línguas, religiões, ocupações e modos de vida. Devido à diversidade e dinâmicas no seio da população, pode ser um desafio garantir uma participação inclusiva. No entanto, há grupos dentro das populações deslocadas que, sem dúvida, partilham de algumas semelhanças. Eles podem também provir das mesmas aldeias ou distritos, falar as mesmas línguas, ou compartilhar experiências comuns de vida antes da deslocação. A inclusão pode ser promovida através da identificação de denominadores mínimos comuns entre a população deslocada.

O contexto onde o abrigo coletivo se insere, as características e necessidades da população deslocada, devem ser levadas em consideração ao promover a participação da comunidade. As boas práticas globais demonstram que aproveitar as estruturas de poder já existentes ao nível comunitário facilita a promoção de uma coexistência pacífica e a participação ativa da comunidade. Nos abrigos comunitários onde existem estruturas sociais e de liderança fracas, pouca coesão comunitária, tensões ou conflitos, as condições necessárias para a participação comunitária podem ser reduzidas.

É tarefa do gestor do abrigo e dos subcomités, entender esta dinâmica a fim de promover uma coexistência pacífica no abrigo comunitário, e saber quais estruturas de poder existem no abrigo, qual é o seu estatuto e como podem ser melhor utilizadas para aumentar a participação comunitária através da sua adesão/envolvimento nos comités e subcomités.

Etapas de participação na gestão do abrigo

É possível identificar sete etapas distintas (níveis) de participação – o nível 7 (o mais alto) representa o grau máximo de participação; e o nível 1 representa um envolvimento comunitário muito baixo, ou inexistente. A cada uma destas sete etapas correspondem determinadas ferramentas, abordagens e estruturas. As tabela abaixo descreve as diferentes etapas de participação.

Grau de participação		
Grau	Definição	Estruturas e mecanismos
1. Passivo	A comunidade é informada das decisões e ações, mas não tem voz ativa quer no processo quer no resultado.	Reuniões municipais (comícios), geralmente não existe nenhuma outra estrutura comunitária a funcionar. Os líderes comunitários juntam-se aos outros membros da comunidade apenas para serem informados sobre as ações e decisões.
2. Transferência de informação	As informações são recolhidas na comunidade, mas esta não é envolvida nas discussões posteriores que dão origem às decisões.	Grupos focais, assembleias, entrevistas, grupos de interesse especiais, grupos de trabalho, etc., liderados por agentes externos à gestão do campo (e, quando possível, em consulta com os líderes comunitários).
3. Consulta	A comunidade é consultada sobre o que gostaria de ver, mas a sua opinião tem pouca influência no processo de tomada de decisões.	
4. Motivação material	A comunidade recebe bens ou dinheiro em troca de um serviço ou função.	Grupos de trabalho/projectos, esquemas de emprego, dinheiro por trabalho, voluntariado e/ou mobilização sazonal de mão-de-obra especializada (muitas vezes dirigida, supervisionada e financiada por agentes externos à gestão do abrigo).
5. Funcional	A comunidade cumpre apenas um papel especial, com um poder de decisão limitado.	Comités/subcomités para questões transversais e setores técnicos, grupos focais, reuniões dirigidas por líderes comunitários, mecanismos para reclamações e sistemas comunitários de encaminhamento, grupos de advocacia, grupos de interesse especiais, esquemas de emprego, grupos de trabalho/projectos, e grupos comunitários especializados refletindo os interesses culturais e sociais da comunidade, etc.
6. Interativo	A comunidade está totalmente envolvida na tomada de decisões com outros actores.	
7. Propriedade	A comunidade controla a tomada de decisões.	



Fase de ENCERRAMENTO

- Duração do Abrigo
- Encerramento e soluções duradouras
- Reparação do abrigo



Duração dum Abrigo Temporário

Pode ser um dos temas mais controversos sobre os abrigos temporários, já que não é uma decisão unilateral dos governos ou as entidades humanitárias ou privadas que respondem pela operação dos abrigos, mas também é definido pela comunidade abrigada, que deve ser tida em conta.

É determinante ter uma articulação ágil e certa com os responsáveis da atenção geral da emergência e a planificação que se tenha para o retorno das condições normais da vida das pessoas. O abrigo deve ser permeável e participativo na etapa ultrapassada da emergência com os programas de reabilitação e reconstrução que o governo esteja a gerir. A duração do abrigo será tão curta como as soluções definitivas sejam dadas aos danificados.

No entanto, os abrigos podem ser muito variáveis em sua duração e o principal motivo pode sedar pela magnitude da emergência e a capacidade local de reabilitação e reconstrução. Por isso se propõem os seguintes parâmetros para definir a duração dos abrigos.

A **Curto Prazo**: se apresentam no geral em emergências pequenas ou de menor dimensão, onde o número de pessoas afetadas é mínimo, e a capacidade local é suficiente para responder a emergência. No geral se estabelecem centros de acomodação nos pontos de encontro e geralmente ficam abertos durante uma semana de media.

A **Médio Prazo**: quando as emergências são mais complicadas, a afetação for maior, e onde intervêm os governos locais e incluso o governo nacional. Estes abrigos temporários podem ter um nível de operação de uma semana até um mês.

A **Longo Prazo**: se falamos de eventos catastróficos de grande magnitude, podemos falar de eventos recorrentes como os naturais, os sociais, de ordem público ou tecnológico que requerem atenção permanente. Neste parâmetro os abrigos que são utilizados podem ser de qualquer tipo. O nível de operação pode dar-se de um a três meses e podem ser prorrogáveis segundo o avanço das ações de reabilitação e reconstrução e a capacidade que tenha o país afetado. Estes abrigos são muito caros, portanto deve-se trabalhar para garantir o mais cedo possível as condições normais de vida da comunidade estipulando uma estratégia de saída do abrigo oferecendo soluções duradouras para o motivo que levou a população a deslocar-se até o abrigo.

Em qualquer dos níveis anteriores, a decisão de prorrogar ou não o tempo do abrigo deve ser do governo (local, distrital ou nacional) que é o responsável pelas operações de resposta e gestão da emergência. Em caso de confirmação da necessidade de prorrogação do tempo do abrigo, deve estar sustentada e garantida a disponibilidade de recursos para sua operação.

Encerramento e soluções duradouras

Geralmente os abrigos temporários coletivos, como seu nome indica, não são planeados para serem usados como soluções de longo prazo ou permanentes para a deslocação da população. É necessário identificar soluções duradouras que vão acabar com a deslocação da população e resultar num encerramento coordenado e sustentável. É essencial o envolvimento da população deslocada na identificação de soluções duradouras, pois isso garante a sua participação, como um direito humano básico, e a exigência de que a solução duradoura deve ser voluntariamente aceite pela população deslocada.

As soluções duradouras na fase de encerramento do abrigo temporário coletivo são guiadas pelo direito internacional, pelos Princípios Orientadores relativos à Deslocação Interna, bem como pelo Quadro de Soluções Duradouras para as PDI do *Inter-Agency Standing Committee* (IASC). Uma solução duradoura para a deslocação deve ter em conta todos os direitos humanos dos deslocados. As soluções duradouras frequentemente dividem-se em três opções:

1. Regressar para o lugar de origem;
2. Ficar na área onde os deslocados se refugiaram (muitas vezes referido como integração), ou
3. Reassentamento numa outra parte do país (última opção).

Os governos são os principais responsáveis por criar condições para um acesso voluntário, seguro e digno a soluções duradouras. As comunidades deslocadas devem ser orientadas e esclarecidas de modo a fazerem uma escolha livre e consciente em termos de acesso a uma solução duradoura da sua preferência, dentro dos limites das possibilidades locais. As condições para um regresso / integração / reassentamento seguro e digno incluem segurança material, física e jurídica. Por exemplo, o local de origem deve estar seguro em termos de riscos e oferecer acesso adequado a terras, propriedades e meios de vida.

- A população deslocada que teve acesso a uma solução duradoura deverá gozar dos seguintes direitos, sem discriminação:
- Segurança e liberdade de movimento a longo prazo;
- Condições de vida adequadas, incluindo acesso digno a alimentação, água, abrigo, serviços de saúde e educação básica;
- Acesso a emprego e/ou meios de vida; e
- Acesso a mecanismos eficazes de restituição ou compensação em relação a terras, abrigo e bens.

Não existe, contudo, uma “receita” única para o encerramento de um abrigo temporário coletivo e fim da deslocação, e a situação deve ser avaliada caso-a-caso, incluindo consultas com todas as partes interessadas.

A decisão de deixar um abrigo temporário coletivo deve ser sempre de livre vontade, tomada diretamente pela pessoa deslocada; a decisão é frequentemente influenciada por fatores complexos em pros e contras que irão influenciar o tempo e a natureza do processo de retorno da população deslocada.




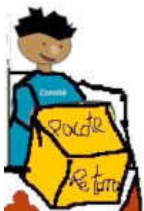



Fatores pró:	Fatores contra:
<p>Os fatores que incentivam a pessoa a sair do abrigo coletivo podem incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oportunidades de meios de vida renovadas. - Reconstrução de casas e condições de segurança melhoradas no lugar de origem. 	<p>Fatores que incentivam a pessoa a permanecer podem incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhores condições de vida (padrões mais elevados). - Oferta previsível de serviços no local de acomodação - em comparação com o lugar de origem.









O encerramento do abrigo temporário coletivo é a fase final do Ciclo de Vida do abrigo - não é um processo isolado – e necessita de um planeamento cuidadoso e coordenado entre todos os intervenientes. As vezes, as populações deslocadas retornam aos seus lugares de origem de forma espontânea e voluntária (de iniciativa própria), e noutros casos, o retorno e encerramento do abrigo coletivo é mais estruturado. No entanto, o encerramento definitivo do abrigo temporário é normalmente a fase menos planeada do ciclo de vida do abrigo.



É importante lembrar que o encerramento do abrigo engloba e exige a coordenação de múltiplas atividades e atores em relação ao regresso previsto da população deslocada, a redução gradual dos serviços e assistência, o desmantelamento das infraestruturas e instalações – incluindo esforços de reabilitação ambiental – e a devolução total dos bens à comunidade local e/ou ao governo. A divisão clara de tarefas e responsabilidades entre os atores no seu conjunto é essencial para garantir um processo de encerramento do abrigo correto e coordenado. Se a situação exigir, a comunidade local também deve ser consultada e envolvida neste processo. O processo de encerramento de um abrigo requer análise, consulta, coordenação e planeamento entre todos os atores - ao nível nacional, regional e local (incluindo ao nível do próprio abrigo). Por isso, é extremamente importante estudar e planear a fase de encerramento do abrigo nas primeiras fases, principalmente na fase de preparação.

As principais atividades da fase de encerramento do abrigo podem ser divididas em três categorias: 1) pessoas, 2) serviços e infraestruturas, e 3) meio ambiente. Para cada uma destas categorias, há um conjunto de atividades recomendadas, a fim de garantir o encerramento coordenado e atempado do abrigo temporário comunitário.

A lista a seguir descreve as principais atividades de encerramento do abrigo, e sugere algumas sub-atividades dentro de cada componente. Dependendo do contexto específico de cada abrigo coletivo, pode ser necessário o desenvolvimento de outras atividades a serem feitas por atores específicos identificados.

Considerações	Padrão e Orientação	Ilustração	Sim	Não
Pessoas				
Solução duradoura	Será que todas as pessoas deslocadas internamente têm acesso a uma solução duradoura de sua escolha? (voltar ao lugar de origem, integração local, ou realocação permanente)			
Transporte	Todas as pessoas deslocadas estão cientes dos modos de partida e detalhes em termos de retornos seguros e dignos?			
Apoio administrativo	Será que todos os deslocados têm acesso a apoio administrativo de acordo com as suas necessidades/direitos? (emissão de documentos oficiais, respeito pela posse da terra, etc.)			
Pacotes de retorno	Se relevante, foram distribuídos pacotes de retorno às Pessoas Deslocadas?			
Cancelamento do registro	Todas as Pessoas Deslocadas Internamente tiveram o seu registro de entrada cancelado antes da partida final do abrigo coletivo?			
Pessoas com necessidades específicas	As necessidades específicas das pessoas deslocadas internamente foram resolvidas de forma adequada?			
Serviços e infraestruturas				
Entrega de listas	Toda a documentação relativa às pessoas deslocadas foi devidamente entregue às autoridades?			

Bens do abrigo	Todos os bens foram inventariados, registados e guardados com segurança no local adequado?			
	Todos os recursos foram atribuídos/devolvidos aos fornecedores de serviços / ou entregues às autoridades?			
Instalações	As instalações usadas para a gestão dos abrigos temporários, saúde e educação foram desmontados corretamente?			
Instalações de água, saneamento e higiene	As instalações usadas para a gestão dos abrigos temporários, saúde e educação foram desmontados corretamente?			
	As latrinas e aterros sanitários foram enchidos/fechados?			
Cozinhas e fogueiras	As cozinhas e os locais de fogueiras foram limpos e desmontados de forma segura?			
Fornecedores de serviços	Os contratos com os fornecedores de serviços foram cancelados ou entregues às autoridades locais?			
Ambiente				
Limpeza	O local do abrigo foi limpo?			

Ambiente	O ambiente foi restaurado e reabilitado?			
Geral				
Relatório de encerramento do abrigo	Foi distribuído um relatório sobre as atividades de encerramento do abrigo e resultados finais a todos os atores envolvidos nas autoridades e parceiros?			

Boa prática

Pessoas idosas são levadas para casas de familiares

O Ministério da Mulher e Ação Social junto com os seus parceiros identificam nos centros de acomodação as pessoas idosas não acompanhadas e ajudam-lhes a contactar com familiares para serem hospedadas nas casas destes.



Centro de Acomodação em Xai-Xai, Província de Gaza, Abril 2011.

Reparação do abrigo

Durante o tempo de uso das instalações como abrigo, pode acontecer que as paredes fiquem sujas, alguma porta ou janela quebrou-se, o ponto de água avariou, as latrinas ficaram cheias...

Por isso, tem que se considerar estas questões ao fechar o abrigo para deixar reparados todos os possíveis danos ocorridos.

Seria bom fazer um relatório de avaliação da situação do edifício quando seja aberto para uso como abrigo, e assim ter a certeza do que já estava roto antes da abertura, e mais um relatório quando seja encerrado, para aperceber o que ficou danificado durante a utilização das infraestruturas como abrigo.

Nos encontros do COE e também junto com a comunidade, pode-se discutir sobre um plano para reparar e até melhorar os edifícios que foram utilizados como abrigos coletivos para que possam voltar ao seu estado de uso normal. Os membros da comunidade podem participar ativamente nos trabalhos de reabilitação e até de forma consistente para garantir/reforçar a sua estrutura face a futuros eventos.

Boa prática

Reparação das instalações de saneamento

Após o encerramento dos centros de acomodação, a ONG local Kukumbi em parceria com a Oxfam e o INGC fizeram a reparação das latrinas nas escolas utilizadas como abrigo em Nicoadala durante as inundações de 2013.



Reabilitação de latrinas em Nicuadala, Província de Zambézia. Maio 2013.

ANEXOS

- Annex 1:** Bibliografia
- Annex 3:** Ficha de avaliação de edifícios para abrigo
- Annex 4:** Modelos de fichas para gestão do abrigo
- Annex 5:** Ata de compromisso de uso instalações
- Annex 6:** Registo (entrada de pessoas no abrigo)
- Annex 7:** Registo (entrada de famílias no abrigo)
- Annex 8:** Controlo diário de pessoas no abrigo
- Annex 9:** Monitoria de atividades
- Annex 10:** Ficha de controlo de armazém
- Annex 11:** Ficha de pedido de armazém
- Annex 12:** Ata de encerramento do abrigo
- Annex 13:** Medidas de Proteção antes, durante e depois
- Annex 14:** Lista de verificação para usar a escola como abrigo e continuar o processo educativo
- Annex 15:** Cartazes sobre reforço de edifícios

Anexo 1:

Bibliografia

Título	Instituição	País	Data
O Projeto Esfera. Carta Humanitária e Padrões Mínimos de Resposta Humanitária	The Sphere Project	Reino Unido	2011
Collective Shelter Guidelines	ACNUR e OIM		2010
Transitional Settlement Displaced Populations	OXFAM	Reino Unido	2005
Shelter after disaster. Guidelines for assistance	UNDRO	Suíça	1982
Manejo de abrigos temporários	FICV, região América Central	Costa Rica	-
Guía para la Gestión de Albergues Temporales	Sistema nacional para la prevención y atención de desastres	Colômbia	2008
Manual nacional para el manejo de Albergues Temporales	Cruz Vermelha Colômbia	Colômbia	2008
Gestão de Centros de Acomodação	OIM	Moçambique	2011
Gestión de albergues (Centros Colectivos). Caja de herramientas	The Sphere Project	Reino Unido	2011
Guía para la gestión de albergues colectivos de emergencia y temporales	Governo da República de Guatemala	Guatemala	2007
Guidelines for Creating Barrier-free Emergency Shelters	Handicap International	Nepal	2009
Preparando-se para desastres	TearFund	Reino Unido	2002
Evacuation Centre Fieldguide	Cruz Vermelha Australiana	Australia	2012
ERIE Albergue Provisional	Cruz Vermelha Espanhola	Espanha	2013
Albergues en escuelas, ¿cuándo?, ¿cómo?, ¿por qué?	UNICEF	Panamá	2008
A Place on Higher Ground. Child Friendly Spaces in flood-affected Mozambique	Save the Children	Moçambique	2011
Aprender a viver com as cheias	ONU-Habitat	Moçambique	2011
Construir com os ventos	ONU-Habitat	Moçambique	2011
Estudo sobre Reforço de Escolas	ONU-Habitat	Moçambique	2012
Contingency Planning Guide	FICV	Suíça	2012
Guião de Formação Básica em Gestão de Risco de Calamidades	Ação Agrária Alemã	Moçambique	2013

Anexo 2:

Ficha De Avaliação De Edifícios Para Abrigo

Dados da avaliação

Nome do avaliador:

Instituição:

Data da avaliação:

Dados gerais da infraestruturas

Nome do Edifício:

Província e distrito:

Posto Administrativo:

Localização GPS:

Uso do Edifício (armazém, religioso, escola...)

Caso seja uma escola: numero de alunos (desagregados por sexo)

Tipo de propriedade (pública/privada):

Pessoa de Contacto (nome, posição, telefone):

Histórico de desastres

Aconteceu algum desastre natural nos últimos anos? O que aconteceu?

O edifício sofreu danos durante a calamidade?

Quantas pessoas ficaram abrigadas no edifício?

Proporção homens/mulheres/crianças?

Compatibilidade do uso normal e emergências

Aceso

O aceso para as comunidades é bom?(ruta de evacuação)

O aceso para as instituições de socorro é bom? (idealmente de carro)

Tipo de construção

Tipo de estrutura (betão armado, só muros de bloco ou tijolo, madeira...) e estado atual

Materiais utilizados nas paredes (tijolo, bloco, materiais locais...) e estado atual

Tipo de estrutura da cobertura (ferro, barrotes, materiais locais...) e estado atual

Material de cobertura (chapa, telhas, capim...) e estado atual

Tem portas e janelas? Estado atual?

Tem reforço para ventos fortes? (venezianas)

Acessibilidade (rampas, corrimãos...)

Superfície coberta do abrigo

m2 de superfície coberta total

Numero de salas/quartos e superfície de cada uma

Serviços Básicos

Aceso a água:

Latrinas: número, tipo de construção e estado atual

Local para tomar banho? Condições da água?

Tem energia elétrica?

Fica perto dum centro de saúde?

Fica perto duma escola?

Gestão

Existe algum tipo de gestão do imóvel? (diretor da escola, comité de água...)

Equipamento de emergência

Tem zona de armazenagem?

Tem algum tipo de equipamento preposicionado?

Espaço exterior:

Fica inundada a área exterior?

Superfície exterior (aprox m2)

Existem zonas com sombra? Superfície? (por exemplo se houver árvores de sombra)

Superfície disponível para montar tendas (m2)

Existe superfície disponível para aterrar helicóptero? (idealmente a certa distancia para que o vento das hélices não moleste)

Sugestões de melhora:

Reabilitação do edifício:

Reabilitação das instalações de água e saneamento:

Equipamento a preposicionar:

Anexo 3:

Ata de Compromisso para Utilização do Edifício e as Instalações como Abrigo Comunitário

Ata Nº.....

Na Comunidade de

Posto Administrativo de

No Distrito de Província de.....

No lugar onde está o edifício e as instalações.....

Sendo no dia do mês do ano

Encontram-se reunidas as seguintes pessoas:

.....

.....

Para fazer constar o seguinte:

- Primeiro: os membros do comité geral do abrigo/ ou governo local serão os encarregados da organização do edifício e instalações como abrigo comunitário durante o tempo da emergência.

- Segundo: o senhor/a faz a entrega formal do edifício e instalações, a como responsável do uso do abrigo, o qual consta de

- **Terceiro:** os membros do comité geral do abrigo recebem o edifício e instalações e comprometem-se a manter as medidas de segurança e ordem precisas para evitar que sejam feitos danos e que os mesmos sejam entregues nas mesmas condições em que foram recebidos, ao término da emergência.

- **Quarto:** Se por alguma causa o edifício e/ou as instalações sofreram algum dano pelos hóspedes da emergência, os membros do comité comprometem-se a realizar as reparações precisas, até que se receba com satisfação.

Não havendo mais que fazer constar dá-se por fechada presente no mesmo lugar e na mesma data.

Assinando os que intervieram nela:

ANEXO: Estado atual do edifício e instalações

Anexo 4:

Registro (Entrada de pessoas no abrigo)

FICHA DE REGISTO POR FAMÍLIA NOS CENTROS DE ACOMODAÇÃO

PROVINCIA: _____ Distrito de: _____

Centro de Acomodação: _____

Nome do Chefe de Família: _____

N/O	Nome do agregado familiar	Grau de parentesco	Sexo M F	Estado Civil	Idade	Localização	Nível de Escolaridade	Profissão/ Actividade
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								
13								
14								
BENS FAMILIARES								
Ao chegar ao CA o AF tinha algum bem?								
Bens Recebidos no CA								
#	Descrição	Quant	Data					
1	Tendas							
2	Kit de abrigo							
3	Rede Mosquiteira							
4	Panelas							
5	Pratos							
6	Mantas							
7	...							

Registro (Entrada de familias no abrigo)

Centro de Acomodação:

[illegible]

Controlo diário de pessoas no abrigo

PROVINCIA: Distrito de:









Centro de Acomodação: _____









[illegible]





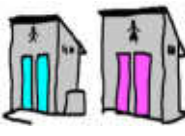




Anexo 7:

Monitoria de Actividades

EXEMPLO DE FICHA DE MONITORIA E ACTIVIDADES

Características	Padrão e orientação	Imagens	Sim	Não	Observações
Comida					
Acesso a alimentos	O alimento é acessível, útil e de boa qualidade?				
Distribuição	Há alguma queixa relacionada com a distribuição?				
Água, Saneamento e Higiene					
Acesso à água	Todos os residentes do campo têm acesso à água (entre 7,5 e 15 litros / dia)?				
Qualidade da água	A água disponível tem suficiente qualidade? (Utilizar o kit para fazer teste, se não ter kit monitorar o cheiro, o cor, o sabor e o crescente número de diarreias no abrigo)				
Latrinas	Há latrinas suficientes no abrigo (1 para cada 20 pessoas)? Há alguma latrina que necessita de reparações? (incluído o tip-tap) Há disponibilidade de cinza e sabão?				
Saneamento do meio	Foi observado algum destes problemas: • Há pessoas que praticam defecação a céu aberto? • Existe um sistema de drenagem a funcionar? Há partes do abrigo que estão inundadas? • As latas de lixo ou aterro sanitário estão cheios?				
Higiene	As pessoas têm boas práticas de higiene?				
Saúde					
Acesso aos serviços de saúde	As pessoas no abrigo têm acesso aos serviços de saúde?				

Transporte para o hospital e equipe médica	Existe a possibilidade de transporte para o hospital mais próximo para casos de emergência? Há acesso ao médico nas proximidades, se necessário?				
Problemas importantes de saúde	Há algumas preocupações de saúde observadas no centro de acomodação: • Doenças registradas? • Surtos de doenças/epidemias? • Mortes registradas?				
Abrigo e infraestruturas?					
Área coberta	As pessoas têm espaço suficiente dentro do abrigo (padrão: 3.5m² por pessoa)?				
Estado do abrigo	Existe algum tipo de dano nos edifícios ou instalações que precise ser reparado?				
Proteção					
Incidentes de violência	Existem casos de violência dentro das famílias, entre famílias ou entre grupos distintos de população deslocada dentro do abrigo?				
Incidentes de segurança	Houve incidentes de segurança dentro do abrigo temporário comunitário?				
Pessoas com necessidades específicas	Há alguma preocupação relacionada com as necessidades específicas das mulheres em situação de risco, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e / ou problemas de saúde, ou outras pessoas com necessidades específicas? Existem medidas de proteção suficientes para pessoas com necessidades específicas e mais vulneráveis?				
Interação com a comunidade de acolhimento	Há incidentes de violência entre os moradores do abrigo e membros da comunidade de acolhida?				

Documentação	As pessoas têm acesso a documentação? As pessoas têm acesso à substituição de documentos de identidade perdidos?				
Segurança	Existe uma presença regular de segurança patrulhando o abrigo? O sistema de segurança disponível é equilibrado em termos de género?				
Prevenção	Existem outras medidas de proteção/prevenção a funcionar?				
Iluminação	Há iluminação adequada no abrigo (próximo às instalações principais: latrinas, casas de banho, cozinhas, etc.)?				
Privacidade	Há reclamações sobre falta de privacidade nas latrinas ou casas de banho? As latrinas devem estar separadas por sexo.				
Acesso às escolas	Os meninos e meninas têm acesso à educação? Existem meninos e meninas no abrigo que não estão a frequentar a escola?				
Sustento					
Acesso a meios de subsistência e aumento de capacidades	Os adultos têm acesso a formação técnica ou capacitação para melhorar seus meios de vida etc.?				
Participação					
Representação	O comité geral de gestão do abrigo e subcomités estão a funcionar?				
Identificação de soluções duradouras					
Soluções duradouras	Estão em processo ou discussão soluções duradouras?				

Anexo 8:

Ficha de controlo de armazém

FICHA DE INVENTARIO DE ARMAZEM GESTAO DO ABRIGO – SUBCOMITE DE LOGISTICA

Nome do abrigo: _____ Data: _____ E n -
dereço do abrigo: _____
Comunidade: _____ Posto administrativo: _____
Distrito: _____ Província: _____

Nº	Tipo de produto	Quantidade	Estado	Localização	Comentários

Nome e assinatura do responsável:

Nome e assinatura do gestor do abrigo:

Anexo 9:

Ficha de pedido de armazém

Data: _____

Nome do abrigo: _____

Endereço do abrigo: _____

Comunidade: _____

Posto administrativo: _____ Distrito: _____

Província: _____ Pessoas no

abrigo: _____ Famílias no abrigo: _____

Nº	Tipo de produto	Quantidade

Nome e assinatura do responsável:

Nome e assinatura do gestor do abrigo:

Anexo 10:

Ata de encerramento do abrigo

MODELO DE ATA DE COMPROMISSO PARA FECHAMENTO DO EDIFÍCIO E AS INSTALAÇÕES COMO ABRIGO COMUNITÁRIO

Ata Nº _____

Na Comunidade de _____ Posto Administrativo de _____

No Distrito de _____ Província de _____

No lugar onde estão o edifício e as instalações _____

Se no dia _____ domês _____ do ano _____

Encontram-se reunidas as seguintes pessoas: _____

Para fazer constar o seguinte:

Primeiro: Para fazer entrega do edifício e as instalações utilizadas como abrigo comunitário desde a data _____ até a data de hoje _____

Segundo: O senhor/a _____ gestor/a do abrigo comunitário faz entrega do edifício e instalações utilizadas a _____ como proprietário/a ou administrador/a do edifício, o qual consta de _____

Terceiro: O/A proprietário/a ou administrador/a recebe o edifício e as instalações de conformidade, concordando com as condições físicas nas que se faz a entrega



Não havendo mais que fazer constar dá-se por fechada a presente no mesmo lugar e na mesma data, _____





Assinando os que intervieram nela _____

Assinaturas:

Anexo 11:

Medidas de protecção antes, durante e depois

Medidas de protecção a serem tomadas nos abrigos comunitários			
	Preparação	Utilização	Encerramento
Para todos os residentes do abrigo 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalar luzes no abrigo temporário comunitário. • Estabelecer contacto com as autoridades locais/polícia. • Estabelecer um subcomité de segurança. • Organizar patrulhas (desarmadas) de segurança. • Estabelecer um sistema de encaminhamento na área de protecção. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar avaliações periódicas de potenciais ameaças de segurança e protecção. • Divulgar informações sobre ameaças de segurança e protecção. • Realizar campanhas de informação sobre direitos humanos, violência de género e outros problemas de protecção. • Garantir que os moradores do abrigo têm documentos legais e bilhetes de identidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o acesso seguro a soluções duradouras para os residentes do abrigo. • Fornecer apoio às pessoas deslocadas que deixam o abrigo temporário comunitário.
Para pessoas com necessidades específicas (crianças e jovens, pessoas com deficiência e/ou com problemas de saúde, mulheres em situação de risco e idosos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar pessoas com necessidades específicas. • Certificar-se que a montagem do abrigo garante acesso seguro às instalações para pessoas com mobilidade reduzida (pontos de água, casas de banho, latrinas, pontos de distribuição e outras áreas comuns). • Introduzir um sistema de encaminhamento para a identificação de pessoas com necessidades específicas. • Estabelecer subcomités de protecção para pessoas com necessidades específicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Montar placas informativas, incluindo dados sobre os serviços de apoio a pessoas com necessidades específicas. • Organizar a distribuição adequada; • Fornecer apoio psicossocial adequado. • Campanhas de sensibilização para a comunidade sobre protecção e assistência a pessoas com necessidades específicas. • Assegurar o acesso a assistência complementar, como alimentação suplementar, vacinação e aconselhamento específico. • Realizar ações de capacitação em actividades geradoras de renda para pessoas com necessidades específicas. • Assegurar que as pessoas com necessidades específicas participem no processo de tomada de decisões. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer apoio adicional para o retorno seguro e digno aos locais de origem. • Certificar-se de entrega de pastas e/ou registos para as instituições nos locais de origem - para a continuidade do apoio que possa ser necessário.

Crianças e jovens 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar espaços de lazer e escolas para crianças (<i>veja apartado seguinte sobre o “espaços amigos da criança”</i>). • Registrar as crianças desacompanhadas, separadas, órfãs e vulneráveis, e fazer encaminhamento para o Ministério da Mulher e Ação Social. • Estabelecer um subcomitê para crianças e jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar sistemas/programas de rastreamento e reunificação para crianças desacompanhadas, separadas, órfãs / vulneráveis. • Implementar atividades sociais e de lazer no abrigo comunitário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer arranjos especiais para o regresso de crianças desacompanhadas (informação, regresso acompanhado). • Reavaliar o sistema de adoção caso seja necessário.
Mulheres e meninas 	<ul style="list-style-type: none"> • Separar abrigos, casas de banho e latrinas por agregado familiar ou por sexo. • Identificar os grupos de maior risco, em termos de violência baseada no género. • Estabelecer um subcomitê de direitos das mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar as mulheres grávidas e lactantes no acesso a consultas médicas; • Realizar campanhas de sensibilização para a comunidade sobre a violência baseada no género – também direcionadas para jovens, homens, líderes de comunidades; • Organizar actividades para promover a educação das raparigas e recreação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer arranjos especiais para o regresso de mulheres grávidas, mulheres com crianças; • Prestar apoio a famílias chefiadas por mulheres para reconstruírem seus abrigos e meios de vida nos lugares de origem.
Idosos 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o processo de instalação. • Facilitar o acesso aos pontos de distribuição e instalações do abrigo para idosos com mobilidade reduzida. • Estabelecer um subcomitê para idosos ou um conselho de anciãos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão em programas de alimentação suplementar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer apoio para regressar ao lugar de origem, incluindo assistência em transporte, • Fornecer apoio para reconstruírem seus abrigos e meios de vida no lugar de origem.
Pessoas com deficiência e / ou problemas de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o processo de instalação. • Facilitar o acesso aos pontos de distribuição e instalações do abrigo. • Estabelecer sistema de monitoria e encaminhamento para questões de saúde. • Estabelecer um subcomitê de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o acesso aos serviços de saúde assistência médica e reabilitação. • Assegurar o acesso a prevenção e tratamento de HIV/SIDA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o regresso ao lugar de origem incluindo assistência em transporte. • Fornecer apoio para reconstruírem seus abrigos e meios de vida no lugar de origem.

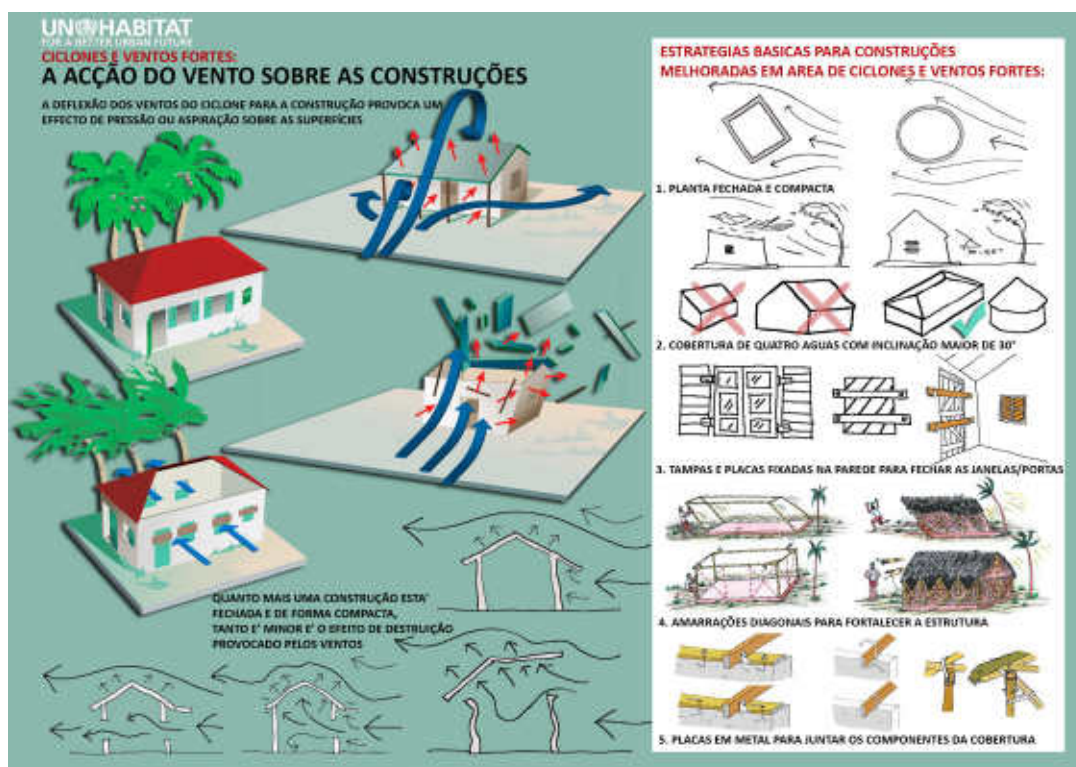
Anexo 12:

Lista de verificação para usar a escola como abrigo e continuar o processo educativo

Aspeto a ser avaliado	Propósito	Tarefas e ações
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a vulnerabilidade física • Garantir as condições para o desenvolvimento da educação • Garantir as condições mínimas (espaço, serviços básicos, segurança) para abrigar determinado número de pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de manutenção dos planos educativos • Cumprir com as normas básicas de segurança • Cumprir com os padrões de construção estabelecidos pelo país.
Autoridades locais	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer cumprir o plano de segurança escolar e assistência no caso de emergências • Permitir que a escola continue o programa educativo 	<ul style="list-style-type: none"> • Destinar recursos e orçamento • Garantir a segurança • Divulgar e fazer cumprir as leis
Requisitos mínimos para usar a escola como abrigo	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer cumprir a temporalidade da estadia dos abrigados 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um fundo de emergência para a reparação das escolas usadas como abrigos
Requisitos mínimos para restabelecer as actividades educativas. Prazos?	<ul style="list-style-type: none"> • Responder as necessidades psicoafectivas dos meninos e meninas, ajudar a reproduzir os conhecimentos educativos básicos e contribuir ao futuro desenvolvimento das capacidades e recursos 	<ul style="list-style-type: none"> • Prática de modalidades flexíveis de acordo com cada país. • Que existam as condições mínimas para voltar a escola

Anexo 13:

Cartazes sobre reforços de edifícios



UNO HABITAT
FOR A BETTER URBAN FUTURE
TIPO DE SALVA TÉCNICA EM CASO DE CICLONE:
1. VARANDA PROLONGADA

SITUAÇÃO ATUAL

A EXTENSÃO DA VARANDA ALEM DO LIMITE DA PAREDE É MUITO GRANDE!!

A EXTENSÃO DA VARANDA, QUANDO CHEGA O VENTO, FUNCIONA COMO UMA VELA E FACILITA O LEVANTAMENTO DA COBERTURA!!

DANOS TÍPICOS

O REVESTIMENTO DE CHAPA É LEVANTADO E PARTIDO PELO VENTOS FORTES!!

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

1. ACRESCENTAR BARROTES NA ÁREA DA VARANDA
2. COLOCAR REFORÇOS DIAGONAIS PARA ANCORAR AS ASNAS
3. SEPARAR A VARANDA DA COBERTURA PRINCIPAL
4. COLOCAR PILARES PARA ANCORAR AS ASNAS
5. FECHAR A PARTE INFERIOR DA VARANDA

UNO HABITAT
FOR A BETTER URBAN FUTURE
TIPO DE SALVA TÉCNICA EM CASO DE CICLONE:
2. LIGAÇÃO BARROTE E MADRE

SITUAÇÃO ATUAL

As madres são afiadas nas madres utilizando prego que são pregados na diagonal e/ou vertical.

O número actual de madres é muito reduzido considerando a força dos ventos fortes e ciclones. Actualmente se utiliza 5 madres em cada inclinação da cobertura independentemente das dimensões das madres e inclinação da cobertura.

DANOS TÍPICOS

A pressão do vento é feita sobre a parte inferior da cobertura e consequentemente as chapas e madres levantam ficando as asnas/barrotes.

O número reduzido de madres contribui para o antequedimento da resistência da cobertura.

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

1. ALÉM DE PREGAR UTILIZAR UMA JUNTA METÁLICA NA LIGAÇÃO DO BARROTE COM A MADRE
2. UTILIZAR ARAME GALVANIZADO PARA REFORÇAR A LIGAÇÃO
3. ACRESCENTAR MADRES. A DISTÂNCIA MÁXIMA RECOMENDÁVEL É 0,80m

O Arame galvanizado recomendável é de 02,6mm. Quanto menor for o diâmetro mais volta na ligação deverá se fazer para garantir maior resistência.


Além do reforço com arame galvanizado a ligação barrote - madre deve ser pregada correctamente.

O arame deverá ser pregado junto ao barrote/uma e madre para evitar movimentos ao longo do tempo e durante o ciclone.

Com mais madres na cobertura, com distanciamento recomendável, temos mais resistência a resistência da cobertura aos ventos.


UNO HABITAT
FOR A BETTER URBAN FUTURE
TIPO DE FAIXA TÉCNICA EM CASO DE CICLONE
3. LIGAÇÃO ASNA E PAREDE

SITUAÇÃO ACTUAL



As asnas são apoiadas directamente sobre a última fiada da alvenaria ou após a viga de correamento e após essas situações é colocado uma fiada de bloco para as asnas ficarem empalmadas entre os blocos e garantir o fechamento entre o espaço existente com a chapa de cobertura...


DANOS TÍPICOS



...com a força dos ventos fortes sobre a estrutura da cobertura as asnas deslocam chegando a cair.


RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

1. ENCASTRAR VARÃO OU LIGA METÁLICA A VIGA DE CORREAMENTO



...encastar liga metálica, arame galvanizado Ø1,5mm ou varão Ø6mm antes da betonagem da viga onde parte ficará por fora para resistir a ossa/barras e garantir amarração/fixação da asna/varrora.


2. UTILIZAR ARAME GALVANIZADO PARA REFORÇAR A LIGAÇÃO



...fazer amarração com arame galvanizado Ø1,5mm que atravessa a alvenaria depois da terceira fiada de bloco centenas de cm para baixo.

UNO HABITAT
FOR A BETTER URBAN FUTURE
TIPO DE FAIXA TÉCNICA EM CASO DE CICLONE
4. LIGAÇÃO MADRE EMPENA


SITUAÇÃO ACTUAL



As madres são apoiadas directamente sobre as empensas e fixadas com argamassa de solo-cimento entre dois blocos.

Nas empensas não são colocadas asnas para reforçar a ligação com as madres, fundamentamente nas empensas.


DANOS TÍPICOS



As madres quando não estão bem fixadas a empensa ou cobertura vão causar muitos danos pela zona da porta fuga. As empensas inferiores também sofrem acedendo por quebrar a zona onde estava encastado as madres.

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

1. REFORÇAR COM ARAME GALVANIZADO




O não deverá ser feito pelo menos com duas voltas de arame e quanto maior for o diâmetro maior será o número de voltas para garantir maior resistência.


Usar arame galvanizado para reforçar as ligações entre as madres e a empensa.

O Arame deve atravessar a alvenaria no mínimo na terceira fiada correspondente a uma distância em relação a madre de 0,45m.

2. FAZER AMARRAÇÃO COM LIGA METÁLICA OU VARÃO ENCASTRADO NA VIGA DA EMPENA



3. COLOCAR ASNA JUNTO AS EMPENAS



As asnas/varrora junto as empensas vai dar maior resistência. Assim um edifício de duas calas de salas levará 4 asnas e com o aumento das salas serão 7 asnas.

UNO HABITAT
FOR A BETTER URBAN FUTURE
TIPO DE SALMA TÉCNICA EM CASO DE CICLONE:
5. DESLOCAÇÃO DA CHAPA

SITUAÇÃO ATUAL
OS PREGOS SÃO POUCOS E NÃO GARANTEM UMA BOA ADERÊNCIA DA CHAPA À ESTRUTURA!!!

Não devem ser utilizados pregos (ou não adequados!)

A ESPESURA DA CHAPA É MUITO FINA (0,2 mm) E A SOBREPOSIÇÃO NÃO É SUFICIENTE!!!

DANOS TÍPICOS
A CHAPA, SE NÃO É CORRECTAMENTE FIXADA À ESTRUTURA ABANCO...
...É LEVANTADA E PARTIDA PELA ACÇÃO DA PRESSÃO DO VENTO!!!

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

S1= mínimo 0,4/0,6 mm
S2= mínimo 3 ripas

1. ACRESCENTAR A ESPESURA E A SOBREPOSIÇÃO DA CHAPA

2. UTILIZAR PREGOS EM NÚMERO MAIOR
ESCOLHER PREGOS QUE GARANTEM UMA ADERÊNCIA MELHORADA

3. REFORÇAR A ADESÃO DAS CHAPAS COM BARBAS HORIZONTAIS EM METAL

Deverá ser usado pregos rebatidos ou garchos (I) para assegurar a chapa para a estrutura do telhado

UNO HABITAT
FOR A BETTER URBAN FUTURE
TIPO DE SALMA TÉCNICA EM CASO DE CICLONE:
6. COLLAPSO DA ASNA

SITUAÇÃO ATUAL
POUCAS ASNAS MUITO DISTANTES!!!
D=DISTANCIA MUITO GRANDE!!!
FALTA DE CONEXÕES OU CONEXÕES MAL FEITAS!!!

DANOS TÍPICOS
A ASNA, SE NÃO É REFORÇADA, COLLAPSA PELA ACÇÃO DA PRESSÃO DOS VENTOS FORTES!!!

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

1. ACRESCENTAR O NÚMERO DAS ASNAS

2. CONECTAR AS ASNAS COM AMARRAÇÕES DIAGONAIS

3. REFORÇAR AS LIGAÇÕES DA ASNA COM AMARRAÇÕES DUPLAS

Os Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

Humanidade. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho nasce da preocupação de prestar auxílio sem discriminação aos feridos no campo de batalha: esforça-se, na sua capacidade internacional e nacional, de prevenir e aliviar o sofrimento humano seja lá o que pode ser encontrado. O seu propósito é de proteger a vida e a saúde e de promover o respeito pela pessoa humana. Favorecer a compreensão, a cooperação e a paz duradoura entre os povos.

Imparcialidade. Não faz nenhuma discriminação quanto a nacionalidades, raças, credos religiosos, condições sociais, ou opiniões políticas, empenhando-se exclusivamente em socorrer todos os indivíduos na medida dos seus sofrimentos e da urgência das suas necessidades, e dar prioridade aos casos mais urgentes de infortúnio.

Neutralidade. A fim de conservar a confiança de todos, abstém-se de tomar parte em hostilidades ou em controvérsias de ordem política, racial, religiosa ou ideológica.

Independência. O Movimento é independente. As Sociedades Nacionais, enquanto auxiliares dos serviços humanitários dos respectivos governos e sujeitas à lei dos respectivos países, têm de manter sempre a sua autonomia para poderem sempre actuar de acordo com os princípios do Movimento.

Voluntariado. É um movimento de alívio voluntário, não se movendo, de modo algum, pelo desejo de ganho.

Unicidade. Em cada país, pode existir apenas uma Sociedade da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho. Tem de ser aberta a todos. Tem de realizar o seu trabalho humanitário em todo o seu território.

Universalidade. O Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, em que todas as sociedades têm igual estatuto e partilham as mesmas responsabilidades e deveres de ajuda mútua, é universal.

